UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

ANTONIO JOSÉ DE CASTRO FILHO

AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS: As Especificidades do Microempreendedorismo da Área Itaqui-Bacanga de São Luís do Maranhão.

São Luís

ANTONIO JOSÉ DE CASTRO FILHO

AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:

As Especificidades do Microempreendedorismo da Área Itaqui-Bacanga de São Luís do Maranhão.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre, sob orientação do Professor Doutor Bráulio Roberto de Castro Loureiro.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Diversidade Regional,

Linha de Pesquisa: Estado, Trabalho, Globalização

São Luís

2022

ANTONIO JOSÉ DE CASTRO FILHO

AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS:

As Especificidades do Microempreendedorismo da Área Itaqui-Bacanga de São Luís do Maranhão.

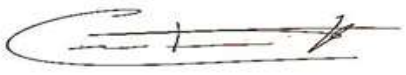
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, para a obtenção do título de Mestre, sob orientação do Professor Doutor Bráulio Roberto de Castro Loureiro.

Aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

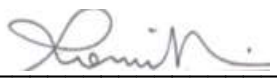
Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro.

UEMA (orientador)



Profa.Dra.Célia Maria da Motta

Examinadora Externa ao Programa - UFMA



Profa.Dra. Rosirene Martins Lima

Examinadora Interna – UEMA

Castro Filho, Antônio José de.

As condições socioeconômicas dos microempreendedores individuais: as especificidades do microempreendedorismo da área Itaqui-Bacanga de São Luís do Maranhão./ Antônio José de Castro Filho. - São Luís, 2022.
94f

Dissertação (Mestrado de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr: Bráulio Roberto de Castro Loureiro.

1.MEI. 2.Microempreendedor Individual. 3.SEBRAE. 4.Discurso do Sujeito Coletivo. 5.Itaqui - Bacanga. I.Título.

CDU: 334.012.65(812.1)

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

Dedico este trabalho a minha vó, Joana Francisca Martins Nunes.

O meu maior exemplo de trabalhadora, lavradeira e mãe.

Amo-te pela eternidade!

AGRADECIMENTOS

Me sinto grato por ter a oportunidade de desenvolver uma pesquisa que trata sobre um assunto de imensa importância. Tenho a honra de ter sido criado por pais da classe operária.

Na medida que escrevia, observava exemplos no dia a dia de trabalhadores precarizados. Fato que me estimula a continuar desenvolvendo uma visão crítica sobre a sociedade. Em meio a esse processo de investigação da realidade contei com apoio institucional e também de diversas pessoas.

Agradeço primeiramente a Deus e a todos os meus guias de luz, por terem me dado força para continuar e a oportunidade de realizar o grande objetivo de conquistar o título de Mestre, que parece distante para muitas pessoas, mas que se tornou possível diante de tanto esforço.

Aos meus pais, Marilene de Fátima Nunes de Castro e Antonio José de Castro, meu infinito agradecimento por tanto amor. Todo esforço e por vocês. Eles vibraram comigo desde quando fui aprovado para cursar o mestrado.

À minha vó Joana Francisca Martins Nunes e ao meu tio Manoel Nunes que foram grandes referências de trabalhadores, mas também de humanidade. Amo vocês pela eternidade!

À minha querida irmã Danielle de Jesus Nunes de Castro que cuida de mim e todos da família com tanto carinho. Que não mede esforços para me ajudar a conquistar os meus objetivos. Ao meu cunhado Marcos Durans, grande parceiro. À minha tia e madrinha Diângela Célia Nunes pelo carinho e por estar sempre presente. Você é uma referência de educação e dedicação.

Ao meu marido, Felipe Rodrigues Soares que sempre está me fazendo acreditar que vai dar tudo certo e por tantos momentos de companheirismo. Obrigado por me amar. Eu também te amo muito.

Aos meus amigos de Infância Anderson Vieira, Sebastião Ytaan, William Vieira e Mateus Vieira. Com quem divido bons momentos e que contribuíram significativamente para a pessoa que me tornei.

Às minhas amigas Samya Campos, Wanda Bittencourt, Denise Cerveiro, Hanna Coelho e Werllen Frazão por serem amigos para a vida, sempre presentes que fazem os dias de trabalho árduos serem leves e com alegria. Por contribuírem para esse momento que estou vivendo.

Aos meus companheiros de sala de trabalho Glória Pinto, Fabiana Santos, Rodrigo Nabat e Marilia por serem cumplices dos momentos mais alegres e unir forças para superar os momentos difíceis.

Às minhas amigas de mestrado que Michelle Santos Rocha, Regina Moraes e à Rebecca Filgueiras por me darem tanto apoio. Vocês foram fundamentais nesse processo.

À Drª Luciana Bastos e para o Mestre Fernando Campelo por ter me orientado e me incentivado a me inscrever na seleção do mestrado quando nem imaginava que poderia um dia conseguir.

Ao meu orientador, Drº Bráulio Roberto de Castro Loureiro, por tanta dedicação e foco, agradeço por cada dica, incentivo e orientação. Agradeço muito pela paciência. À minha querida professora Drª Zulene Muniz Barbosa, que foi muito além de uma coordenadora de curso, mas sim uma grande amiga que me encorajou a retornar para a pesquisa todas as vezes que pensei em desistir. Você é símbolo de humanidade.

Agradeço a secretária do PPDSR, Elizete, que sempre esteve à disposição para ajudar os alunos e em especial, pela agradável amizade. Obrigada minha querida!

Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR por me incluir em sua equipe de pesquisadores e à Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, por ter apoiado minha pesquisa.

RESUMO

Este estudo tem como principal objetivo de analisar qualitativamente as condições socioeconômicos do Microempreendedor Individual – MEI atuante na área Itaqui-Bacanga por meio de suas condições de renda, moradia, transporte, educação e saúde. Está embasada numa reflexão a respeito da performance do Estado principalmente por intermédio do SEBRAE como agente disseminador da ideologia voltada para a “Cultura Empreendedora” criada com base nos interesses da burguesia. O método Materialista-Histórico-Dialético foi adotado e a pesquisa foi implementada por meio de análise bibliográfica e pesquisa de campo com entrevistas estruturadas direcionadas aos MEI. A análise dos dados foi feita qualitativamente por meio do Discurso do Sujeito Coletivo. Como resultado principal constatou-se que o Microempreendedor não se percebe enquanto classe subalterna e se sente satisfeito em ser “dono do próprio negócio”.

Palavras Chaves: MEI, Microempreendedor Individual, SEBRAE, Discurso do Sujeito Coletivo; Itaqui-Bacanga.

ABSTRACT

The main objective of this study is to qualitatively analyze the socioeconomic conditions of the Individual Microentrepreneur - MEI operating in the Itaqui-Bacanga area through its conditions of analysis, housing, transport, education and health. It is based on a basis of the performance of the State through SEBRAE, mainly disseminating the idea of reflection with the “Entrepreneurial Culture” created mainly in the interests of the bourgeoisie. Dialetical-historical materialism was adopted and the research was by means of bibliographic and field analysis method with structured interviews directed the MEI. Data analysis was performed qualitatively through the Discourse of the Collective Subject. As a main result, it was noticed that the Microentrepreneur is not a subordinate class and feels satisfied to be “owner of his own business”.

Key-words: MEI, Individual Microentrepreneur, SEBRAE, Discourse of the Collective Subject, Itaqui-Bacanga.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ICMS E NÚMERO DE HABITANTES POR REGIÃO 42
TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL POR REGIÃO 43
TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL AOS ESTADOS 44
TABELA 4: QUANTIDADE DE MEI POR BAIRRO DA ÁREA ITAQUI BACANGA EM 2018 EM ORDEM DECRESCENTE 74

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ÁREA ITAQUI-BACANGA 18
FIGURA 2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SEBRAE/NA (2020) 36
FIGURA 3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SEBRAE/MA (2021) 38
FIGURA 4 – CASA BRASIL, SALA DO EMPREENDEDOR DO BAIRRO ANJO DA GUARDA 73
FIGURA 5 – BANNER DE CASO DE SUCESSO SEMANA MEI (2017) 81
FIGURA 6 – BANNER DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO FEMININO 82
FIGURA 7 – BANNER DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA 84

LISTA DE SIGLAS

ABACE Associação Brasileira dos Centros de Apoio às Pequenas e Médias Empresas;

ABDE Associação Nacional de Instituições Financeiras de Desenvolvimento

ABDI Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ACM Associação Comercial do Maranhão;

ANPEI Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais

ANPROTEC Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas;

APEX-Brasil Agência de Promoção de Exportações

APS Associação das Pioneiras Sociais

BB Banco do Brasil

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CACB Confederação das Associações Comerciais do Brasil;

CDE Conselho Deliberativo Estadual

CEAG Centro de Assistência Gerencial

CEAPE Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos;

CEF Econômica Federal

CNA Confederação Nacional da Agricultura;

CNC Confederação Nacional do Comércio;

CND Conselho Nacional Deliberativo

CNI Confederação Nacional da Indústria;

CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMICRO Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

CONAMPE Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais

CONSIC Conselho Governamental da Indústria e do Comércio

COPEME	Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresa
DIREX	Diretoria Executiva
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
FAEM	Federação das Associações Empresariais do Maranhão;
FAEMA	Federação da Agricultura do Estado do Maranhão;
FCDL	Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Maranhão;
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado Do Maranhão;
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPEME	Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa
FUNDEPRO	Fundo de Desenvolvimento da Produtividade
GEAMPE	Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KfW	Kreditenstalt fur Wiederaufbau
MEI	Micro Empreendedor Individual
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
NAE	Núcleos de Atendimento Empresarial
NAIs	Núcleos de Assistência Industrial
PROMICRO	Programa Nacional de Apoio à Microempresa
PRONAEX	Programa Nacional de Apoio a Empresas Exportadoras
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SECREX	Secretaria Executiva
SECTI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação;
SEINC	Secretaria de Estado de Indústria e Comércio;
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
SEPEC	Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria

SSA	Serviço Social Autônomo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento Econômico
UFMA	Universidade Federal do Maranhão;
UR	Unidades Regionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16
CAPITULO I – SEBRAE: CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÔMICO 20
1.1 - Milagre Econômico e o Surgimento do CEBRAE 20
1.2 - Destino do CEBRAE diante do Fim do Milagre Econômico 23
1.3 - O SEBRAE como entidade do Sistema S. 26
1.4 - Formação do CND e do CDE-MA 29
1.5 - Organização do Sistema SEBRAE a Nível Nacional e Estadual. 29
1.6 - Fontes de Receitas do SEBRAE 34
1.7 - Programas do SEBRAE e a Sala do Empreendedor 45
CAPÍTULO II – CRISES CÍCLICAS E CRISES ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO 50
2.1 - Empreendedor: Novo Integrante da Sociedade Civil? 50
2.2 - Passagem do Mercantilismo para o Liberalismo. 53
2.3 - Passagem do Liberalismo para o Keynesianismo. 56
2.4 - Passagem do Keynesianismo para o Neoliberalismo 59
CAPÍTULO III – ESPECIFICIDADES DO MEI DA ÁREA ITAQUI-BACANGA DIANTE DA ATUAÇÃO DO SEBRAE. 67
3.1 – O Trabalhador Diante dos Modelos Produtivos. 67
3.2 - As Transformações Sociais na Área Itaqui-Bacanga. 70
3.3 – As Especificidades do Microempreendedor da Área Itaqui-Bacanga. 73
3.4 – Ideologia Empreendedora: Atuação do SEBRAE como Aparelho de Hegemonia. 80
CONSIDERAÇÕES FINAIS 86

INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/IBGE, 2019), a taxa de trabalhadores por conta própria que atuam no mercado informal, ou seja, sem registro no Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ e que não contribuem para o sistema previdenciário é decrescente. No ano de 2012 a percentagem foi de 85,1%, em 2019, 80,6% e em 2019 chegou a 79,9%. No entanto, ainda se trata de cerca de 22,9 milhões de trabalhadores que agravam a problemática de evasão fiscal e estão descobertos pelo sistema de seguridade social.

O empreendedorismo vem como estratégia principal do Governo na minimização da informalidade. Segundo, Schumpeter (1982), principal teórico do tema, define que o sujeito pode ser considerado empreendedor quando cria novos recursos ou faz novas combinações dos já existentes. O autor McClelland (1967) traz um conceito comportamentalista, em que o empreendedor é motivado por seus atributos psicológicos que lhe impulsionam a aperfeiçoamentos constantes e a necessidade de realização.

Aldrich (1999) apresenta a perspectiva de que o empreendedor está relacionado com a habilidade de identificar oportunidades e transformá-las em negócios a partir da abertura de novas organizações ainda que tenha que assumir todo os riscos envolvidos durante o processo.

Todavia, López-Ruiz (2007), traz um olhar através das ciências sociais e afirma que a partir dos anos 1990, as mudanças no meio produtivo desvalorizou a figura do trabalhador, uma vez que suas habilidades e competências já não eram tão cruciais para as grandes empresas.

No entanto, para que o trabalhador por conta própria[1] tivesse condições mínimas de se formalizar foi desenvolvida uma política pública com a finalidade tanto de formalizar os empreendimentos informais existentes quando de criar novos empreendimentos formalmente. O governo federal introduziu a Lei Complementar n° 128, de 19 de dezembro de 2008 e criou a figura do Microempreendedor Individual - MEI.

[1] Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento.

A partir dessa política o trabalhador pode se tornar um “empresário” através da abertura de uma empresa formalmente. Por meio dela, ele se enquadra no Simples Nacional e contribui para a previdência própria com uma alíquota fixa de 5% sobre o salário mínimo e tem como benefícios: a) aposentadoria por idade e por invalidez; b) auxílio-doença; c) salário-maternidade; d) auxílio reclusão; e) pensão por morte.

A partir de então, o indivíduo passa a ser visto como empresa e a mídia no geral, bem como diversos autores das Ciências Econômicas e da Administração sugerem o investimento do indivíduo em si mesmo. O propósito da disseminação da mídia é de despertar ideias, comportamentos e um imaginário social na formação de uma cultura que é efetivado através da crença em temáticas como: a) livre mercado; b) empreendedor individual; c) aperfeiçoamento individual e coletivo; d) gerentes-herói e os gurus empresariais; e) tecnologias gerenciais (WOOD JR. e PAULA, 2001, p. 95).

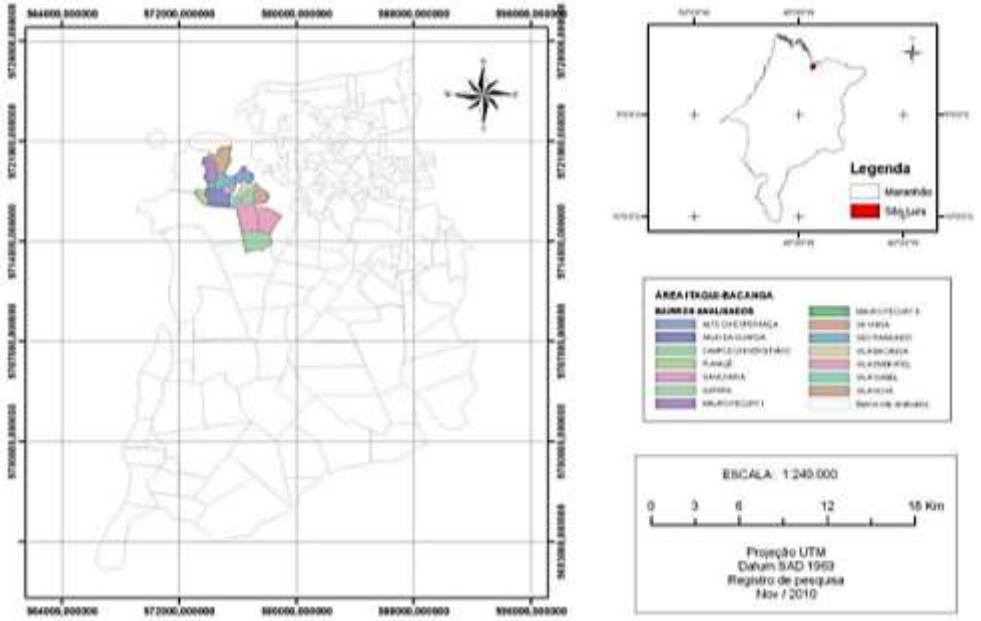
O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE é uma das instituições que mais estimula o empreendedorismo através de diversas estratégias, dentre programas, projetos, cursos, consultorias direcionadas para as Micro e Pequenas empresas no geral incluindo o MEI; estratégias de marketing que vão desde mídias sociais, impressa e até TV e rádio; e através da educação empreendedora que é direcionado para todo o público inclusive crianças e adolescentes.

Além de todos esses mecanismos, na área Itaqui-Bacanga de São Luís o SEBRAE conta ainda com uma Sala do Empreendedor fruto de uma parceria com a prefeitura da cidade. O espaço oferece serviços direcionados para formalização, qualificação e auxílio de MEIs.

A área Itaqui-Bacanga trata-se de um conjunto de vilas e bairros localizados entre o Porto do Itaqui e o Rio Bacanga. Está localizada na área oeste de São Luís, e seus limites são: leste pelo Rio Bacanga, ao norte pelo Oceano Atlântico, a oeste pela Baía de São Marcos e ao sul por alguns povoados da zona rural. (CONCEIÇÃO; CARVALHO; BOUÇAS, 2012).

Apesar de estar localizada nas proximidades de um dos portos de maior amplitude de maré do mundo (ANDRÉS, 2018), em uma área de grandes indústrias como Vale do Rio Doce e Alumar, ainda assim, a polução de aproximadamente 160 mil habitantes é uma das mais vulneráveis da capital.

Figura 1 – Área Itaqui-Bacanga



Fonte: Masullo, Carvalho e Rangel (2011).

A figura demonstra o espaço ocupado pela área Itaqui-Bacanga onde será realizado o estudo. Vale ressaltar que essa pesquisa tem como foco apresentar uma análise sobre o trabalhador brasileiro frente ao estímulos do empreendedorismo. No entanto, assim como Marx considerou que é equivocado iniciar os estudos da Economia Política pela análise estritamente da população, que é o alicerce da produção como um todo, o erro estaria em não considerar as classes que a compõem e todas suas peculiaridades como o trabalho assalariado, o capital etc.

Da mesma forma, seria equivocado direcionar a pesquisa estritamente no empreendedor sem buscar sua essência através da análise de suas condições socioeconômicas e sua dinâmica diante da atuação do Estado. Assim, esse estudo busca apresentar uma análise qualitativa sobre as condições socioeconômicas do MEI atuante na área Itaqui-Bacanga por meio de suas condições de renda, moradia, transporte, educação e saúde".

O principal questionamento que se busca esclarecer com essa pesquisa é: A política pública do Microempreendedorismo que incentiva o trabalhador a se tornar dono do seu próprio negócio de fato dá condições socioeconômicas satisfatórias de vida a ele?

A busca por tal resposta foi realizada através da investigação aplicada na área Itaqui-Bacanga que se justifica pela pouca quantidade de estudos sobre a temática empreendedorismo no local, além disso, por se tratar de um ambiente

onde as vagas de trabalhos que surgem por meio da indústria não são compatíveis com as habilidades e competências do trabalhador da comunidade local ou não são em quantidade suficientes para absorver todo o quantitativo de trabalhadores o que torna a área um ambiente propício para a atuação do SEBRAE no fomento da geração de novos empreendedores.

Metodologicamente se trata de uma pesquisa exploratória qualitativa por meio de levantamento bibliográfico e faz uso também de pesquisa *in loco*, por meio de um método histórico-dialético-materialista, uma vez que nos permitiu analisar com veracidade o objeto de estudo, pois, conforme afirma Frigotto (2010, p. 82), “a dialética situa-se, então, no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma de trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos”.

Para a análise de dados qualitativos será utilizada a análise de conteúdo e a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) desenvolvida por Lefevre & Lefevre em 2005. Dessa forma, a técnica foi aplicada a partir de entrevistas semiestruturadas que permitiram que as expressões individuais fossem agrupadas em categorias gerais que nos permite um depoimento síntese.

O DSC permitiu ouvir o MEI de forma agrupada o que contribuiu para o esclarecimento sobre a percepção dele quanto a sua própria realidade socioeconômica e analisar criticamente tal percepção. No entanto, houve a necessidade de desenvolver um estudo gradativo para avaliar a dinâmica do MEI diante das perspectivas do Estado e seus mecanismos de controle. Foi necessário o estudo perpassar pela origem e desenvolvimento do SEBRAE, o enfrentamento das crises do capitalismo pela classe burguesa e finalmente as especificidades do MEI da área Itaqui-Bacanga.

Sendo assim, o primeiro capítulo trata sobre o contexto político e histórico de surgimento do SEBRAE e de seu desenvolvimento para esclarecer a relação de sua performance diante das perspectivas do Estado. No segundo capítulo disserta-se sobre as crises cíclicas e estruturais do capitalismo com o propósito de demonstrar a dinâmica do Estado diante desses momentos. Já o terceiro capítulo - é o ápice da pesquisa, é onde serão apresentadas a análise qualitativa por meio do DSC e uma análise crítica com base principalmente nos trabalhos do autor Antonio Gramsci a respeito das condições socioeconômicas do Microempreendedor Individual atuantes na área Itaqui-Bacanga.

CAPITULO I – SEBRAE: CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÔMICO.

1.1 - Milagre Econômico e o Surgimento do CEBRAE

Nos anos 60, a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento Econômico) e o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) já tinham iniciativas de incentivo ao desenvolvimento das empresas de menor porte. As duas atuavam financiando as pequenas empresas industriais, sendo que a SUDENE com foco na geração de renda no Nordeste e o BNDE no fortalecimento do mercado consumidor das grandes empresas. (MELO, 2008).

Todavia, foram as ações do BNDE que surtiram mais efeitos na criação do CEBRAE[2] – Centro Brasileiro de Apoio Gerencial às Pequenas e Médias Empresas. Sua primeira tentativa foi na concepção do "Documento 33" que se tratava de um estudo dos "Problemas da Pequena e Média Empresa" que sugeria a criação do GEAMPE (Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa).

Segundo Mancuso (2002), o documento mostrava que as pequenas e médias empresas ficavam em uma faixa de marginalidade, pois não tinham expressividade significativa na economia do país, assim, eram destinadas para elas apenas o que sobrava de crédito das grandes empresas.

O GEAMPE não chegou a ser executado. Em 1964, o BNDE firmou parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Banco alemão KfW (*Kreditenstalt fur Wiederaufbau*) para conseguir recursos financeiros para criação e execução das ações do FIPEME (Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa) (MELO, 2008).

Segundo Lopes (2001, p. 72), o programa "tinha como objetivo a aquisição de equipamentos, instalação e montagem, obras de construção civil e assistência técnica, até o limite de 500 mil dólares, com longo prazo de pagamento e juros mais baixos do que os oferecidos pelo mercado à época".

[2] O SEBRAE só passou a ser escrito com "S" em 1990 quando passou a fazer parte do grupo dos Serviços Sociais Autônomos. Deixou de ser Centro Brasileiro de Apoio Gerencial às Pequenas e Médias Empresas e passou a ser denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Melo (2008, p.41) afirma que o diferencial desse programa era que ele “podia destinar parte de sua contribuição financeira ao atendimento de serviço técnico para a elaboração de projetos industriais e de assistência técnica para fomentar a produtividade”.

Através do grupo executivo da FIPEME foi desenvolvido o primeiro relatório de análise da atuação das pequenas e médias empresas onde foi sinalizado, segundo Mancuso (2002): “o despreparo do empresário de menor porte, a falta de estrutura empresarial, a inexistência de organização contábil administrativa, a insuficiência de capital de giro, necessidade de assistência técnica, bem como o pouco conhecimento sobre o mercado e a concorrência”.

Foi a partir deste primeiro diagnóstico sobre as pequenas e médias empresas que o BNDE buscou parceria com o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) para criação do SIPEME (Sistema de Informações Gerenciais para as Pequenas e Médias Empresas) que constituiu o “livro de ouro” dos consultores da época, pois indicava as principais necessidades e fatos de uma pequena empresa.

O próximo passo foi a criação do FUNDEPRO (Fundo de Desenvolvimento da Produtividade), de auxílio ao FIPEME que “destinava recursos à modernização nas áreas de administração, produção e mercado”. (MELO, 2008, p. 42). Vale destacar que a SUDENE também tem um marco importante na concepção do CEBRAE através da criação, em 1967, do Programa de Assistência às Pequenas e Médias Indústrias do Nordeste que prestou assistência através dos Núcleos de Assistência Industrial (NAIs) que eram formados pela parceria entre SUDENE e diversas entidades estaduais. (BARROS e MODENESI, 1973).

Assim, com a compreensão das necessidades das empresas de pequeno e médio porte, o mercado de crédito pôde perceber que não bastava direcionar crédito para estas empresas, era preciso que o recurso fosse bem gerenciado por elas.Segundo o então presidente do BNDE, Marcos Vianna, (*apud* Mancuso, 2002), ele mesmo encaminhou a solicitação vinda do Departamento de Operações Especiais do banco para a criação do núcleo de apoio às empresas de Pequeno e Médio Porte a João Paulo dos Reis Velloso, então ministro do Planejamento e o objetivo era dar suporte técnico uma vez que o FIPEME não tinha condições suficiente para tal finalidade.

Neste contexto, o CEBRAE foi criado em 1971 através de uma proposta feita pelo BNDE e aprovada durante a presidência de Emílio Garrastazu Médici. A principal diferença entre ele e a FIPEME foi a desvinculação da concessão de crédito dos serviços de consultoria e orientação. (MELO, 2008).

Segundo Guimarães (2011), ele operava a fundo perdido e iniciou como sociedade civil sem fins lucrativos e era subordinado ao Ministério do Planejamento. Mancuso (2002) explica que o CEBRAE veio com a proposta de dar capacidade gerencial para a pequena empresa, principalmente no manuseio dos créditos concedidos por bancos de desenvolvimentos, tornando-a mais competitiva e possibilitando seu crescimento e expressividade na economia.

Na prática a instituição tinha que dar orientação e suporte aos empresários que procuravam financiamento dos bancos de desenvolvimento. Sua atuação era através de: Assistência de Acesso ao Crédito, Assistência Técnica, como diagnósticos e assessoria fiscal; e Treinamento de Executivos e de Pessoal de Nível Técnico. (MELO, 2008).

No entanto, ao criar o CEBRAE, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico não tinha apenas o interesse de contribuir para o fortalecimento dessas empresas, mas também de se beneficiar, pois, Mancuso afirma (2002) que o primeiro diretor presidente do Conselho Deliberativo do CEBRAE, João Lourenço Corrêa do Lago Filho, em seu discurso no Primeiro Seminário sobre a Experiência Internacional Relativo à Pequena e Média Empresa, em 1972, diz:

> A criação do CEBRAE é uma consequência de uma série de experiências ocorridas nestes últimos 7 anos, dentro do BNDE. Como sabem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi criado em 1952, com a função específica de promover e ampliar o desenvolvimento da infraestrutura industrial do Brasil (...) em 1964, chegou-se à conclusão, dentro do Banco, de que as indústrias mecânicas pesadas estavam passando por uma crise de mercado, para a colocação de seus produtos. Não tanto por falta de demanda, mas por falta de financiamento... Qual o mercado da indústria pesada? É a pequena e média empresa. Então, começou o apoio à pequena e média empresa, dentro do BNDE. Este apoio surgiu de um sentimento profundamente egoístico. Simplesmente nós precisávamos criar condições para que aquelas empresas que já havíamos financiado, pudessem nos pagar.

Desta maneira o Banco fomentava o desenvolvimento das empresas de menor porte ao mesmo tempo que se fortalecia. Vale destacar que o governo de Médici defendia uma política monetária e creditícia expansionista através do seu

Plano Nacional de Desenvolvimento que estava focado no fortalecimento da indústria nacional.

A economia estava em amplo crescimento. Segundo Barone (et. al., 2015, p. 1), o período, em meio a uma ditadura militar, foi marcado “com taxas médias de crescimento do PIB e do PIB per capita até então inéditas na economia brasileira”, por isso denominado de “Milagre Econômico[3]”. Porém, “o ‘Milagre Econômico’ evidenciaria que somente o crescimento econômico não basta para dirimir as enormes e variadas formas de desigualdades existentes no Brasil”. (*Idem*, 2015, p. 18), pois a renda foi concentrada nos altos estratos da pirâmide distributiva, ou seja, às classes mais altas, o que foi defendido através da popularmente conhecida “Teoria do Bolo”[4].

Percebe-se, portanto, que o CEBRAE nasceu para atender as necessidades do mercado de crédito, mas controlado por um Governo opressor e ditatorial onde o interesse era fortalecer a indústria brasileira e alavancar a economia em que os primeiros beneficiados seriam os membros da classe alta da sociedade na expectativa de que em algum momento tais benefícios chegariam às classes mais baixas.

1.2 - Destino do CEBRAE diante do Fim do Milagre Econômico.

Mesmo com fortes sinais do fim do “Milagre Econômico” como Fonseca e Monteiro (2008, p.29) explicam: “vários países ajustavam-se, através da recessão, à nova realidade advinda da quadruplicação do preço do petróleo”,

[3] O período 1968-1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI, 2008, p. 222)

[4] A formulação da chamada teoria do bolo repousava basicamente na suposição de que a concentração da renda nos altos estratos da pirâmide distributiva viabilizaria um aumento da taxa de investimentos na economia, pois estes segmentos da população tenderiam a poupar parcelas mais expressivas de sua renda do que os estratos de rendas mais baixas (os quais, alternativamente, tendem a consumir toda sua renda) e, assim, essa maior taxa de poupança reverter-se-ia em expansão das taxas de investimento, gerando, no momento seguinte, aceleração da economia e expansão do emprego e do bem estar para o conjunto da população. Portanto, além de ser tido como “inevitável” (pelas razões expostas pelo autor e amplamente debatidas neste artigo), o processo de concentração da renda era interpretado pela tese “oficial” como portador de importante funcionalidade para a promoção do crescimento de longo prazo que, ainda segundo os postulados em que se constrói a teoria, traria benefícios a todos. Barone (et. al., 2015, p. 18)

ainda assim, o Governo Ditatorial de Geisel (1974-1979) decidiu acelerar a economia.

Logo, a busca pelo fortalecimento da indústria brasileira teve continuidade onde o interesse do Governo em fortalecer as Pequenas e Médias Empresas através da institucionalização do CEBRAE foi expressamente evidenciado por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que estabeleceu estratégias de 1975 a 1979. No IV capitulo do II PND, uma das "Opções Básicas" de estratégias econômicas era:

> II – Apoio à Pequena e Média Empresa, pelo reconhecimento da sua importância econômica e sociais, nos setores que possa ocupar ou em que possa coexistir com grande empresa.
> O objetivo é criar a pequena empresa moderna, atualizada e em sua tecnologia e em sua estrutura e métodos administrativos, capaz de ter acesso ao crédito, inclusive para capital fixo.
> A Ação sistemática de apoio à pequena e média empresa compreende os seguintes campos:
> - Consolidação e ampliação do Sistema CEBRAE (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa), alcançando todos os Estados e realizando programas não apenas para a Indústria e o Comércio como para outros setores como Exportação e Agricultura.
> - Montagem, nas diferentes regiões, de programas de crédito orientado, ligados ao Sistema CEBRAE, através do BNDE, dos bancos de desenvolvimento regionais e estaduais, assim como de outros agentes financeiros. O propósito é efetuar com o crédito, a transferência de conhecimentos técnicos, assim como de administração e gerência.
> - Consolidação do esquema de liberação de depósitos de bancos sujeitos a recolhimento compulsório, agora fixado em 4%, na forma da recente Resolução 295. (BRASIL, 1975, p. 36)

Nesse contexto, a maioria das entidades que atuavam executando programas e projetos do CEBRAE nos estados passaram a fazer parte definitivamente do corpo da instituição e foram denominadas CEAG – Centro de Assistência Gerencial. (MELO, 2008). Por meio desses centros, o governo federal fortalecia suas ações nos estados, todavia, eram financiados mais por meio de recursos estaduais do que federais e, por esse motivo, eram fortemente influenciados pelas conjunturas políticas de cada estado, o que gerou resistência em alguns, como, por exemplo, em Pernambuco que o CEAG só conseguiu atuar a partir de 1980 (idem, 2008). Todavia, segundo Lopes (2000, p. 75),

> O CEBRAE, no entanto, gradativamente vai se consolidando, estabelecendo convênios com outros órgãos da Administração Pública Federal. Promove, em 1977, o 1º Simpósio Latino-Americano e do Caribe da Pequena e Média Empresa, evento que debate políticas em favor das pequenas e médias empresas em vários países. Ao término do Simpósio, o ministro Reis Velloso anuncia o Promicro, Programa

> Nacional de Apoio à Microempresa, com recursos a serem geridos pelo CEBRAE e seus agentes.

O PROMICRO trouxe ainda mais respaldo para o CEBRAE tornando-o referência no apoio às micro e pequenas empresas brasileiras que passaram a ter acesso a uma combinação de assistência gerencial com crédito por meio de linhas de financiamento do BNDES e de outros bancos (Mancuso, 2002).

No decorrer da década de 80 o CEBRAE deu continuidade a sua expansão e fortalecimento por meio de programas e projetos direcionados as empresas de micro, pequeno e médio porte, como, por exemplo, o PRONAEX que era voltado a financiar empresas exportadoras.

Todavia, se a instituição nasceu em um período muito favorável da economia, nos anos de 1980 a situação foi bem diferente e a política também estava sobrecarregada de conflitos.

> (...) após o fim do "milagre econômico", o país vivia um período de estagnação econômica e inflação alta que ficou conhecido como "a década perdida". No campo político, a redemocratização aconteceu lentamente com o fim do bipartidarismo (1979), a realização de eleições diretas para os governos estaduais (1982), a campanha pelas "Diretas já" (1984), a eleição indireta do presidente civil Tancredo Neves, que faleceu antes de tomar posse e foi substituído pelo vice José Sarney (1985). Também foram fatos marcantes a promulgação, em 1988, da nova Constituição federal e o retorno das eleições diretas para presidente em 1989, completando a transição para o quadro democrático. (Idem, 2011, p. 82).

A crise e as profundas transformações no comercio tornaram o ambiente ainda mais propício para a atuação do CEBRAE no fortalecimento dos pequenos negócios. Contudo, o lado político da instituição se tornou cada vez mais necessária e evidente, como, por exemplo, a busca do tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas junto ao poder público.

Em 1984, a instituição passou do Ministério do Planejamento para o Ministério da Indústria e Comércio. O secretário geral deste ministério passou a ser presidente do Conselho Deliberativo. (MELO, 2008). O CEBRAE foi transformado em unidade orçamentária da administração pública em 1985 durante a presidência de Fernando Carmona, o que garantiu sua estabilidade financeira até então não alcançada já que os recursos utilizados para sua subsistência eram extraorçamentários. No mesmo período foi transferido do Rio de Janeiro para Brasília. (GUIMARÃES, 2001),

Todavia, o cenário de um governo democrático, trouxe profundas transformações nas conjunturas políticas ocasionando problemas e insegurança na manutenção dos CEAGs, pois os governadores cortaram os recursos destinados a esses centros.

Segundo Antônio de Souza Guarino (*apud* Mancuso, p. 80), presidente do CEBRAE em 1986, durante a presidência de José Sarney:

> Os CEAGs sobreviviam mais às custas do governo estadual do que do governo federal. Todos tinham interesse pelo CEBRAE, todos brigavam pelo CEBRAE regional. Convivi com eles todos, no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, na Bahia... aí, entra o chamado governo democrático. Eles entraram logo cortando o orçamento dos CEAGs. Então, já no início do mandato da nova safra de governadores (eleitos em 1985), o CEBRAE afundou.

Prevendo essas condições e preocupados com o destino do CEBRAE que os dirigentes dos CEAGs se uniram e formaram, em 1985, a Associação Brasileira de Agentes do CEBRAE (ABACE) que passou a defender o sistema e a partir do sexto estatuto, em 1987, começou a fazer parte do CND.

No entanto, apesar dos esforços, segundo Lopes (2001), em 1986 a instituição passava por crise, principalmente porque se colocou contra o governo federal durante a presidência de José Sarney diante das medidas do Plano Cruzado direcionadas aos pequenos empreendimentos.

As principais críticas estavam direcionadas à proposta governamental de combate à inflação focada principalmente na criação de uma nova moeda e o congelamento de preços. O CEBRAE chegou a alertar os pequenos empresários dos riscos de fazer empréstimos.

Segundo Melo (2008), “Entre 1988 e 1990, o CEBRAE teve seu quadro de funcionários enxugado em 40% e alguns CEAGs não sobreviveram”. Em meio à crise, o nome de Paulo de Tarso Lustosa da Costa, indicado por Sarney como presidente do CEBRAE em 1989 ficou marcado por sua forte atuação tanto na mídia quanto na busca por políticas públicas.

1.3 - O SEBRAE como entidade do Sistema S.

Durante sua gestão, Lustosa enfrentou as consequências do Plano Cruzado que trouxe declínio e falência para os micro e pequenos negócios. Ele percebeu no esquema da mídia a possibilidade de comunicar aos proprietários

destes empreendimentos que o CEBRAE poderia ajudá-los. Para tanto, criou o programa de TV e a revista Pequenas Empresas Grandes Negócios.

A ideia de levar as informações até o empresário foi combinada a outras ações como, por exemplo, o Balcão do Empresários, que levava o slogan "Nenhuma Pergunta sem Resposta" e outras iniciativas públicas como, segundo Costa (*at. al*, 2010), a possibilidade de refinanciamento de dívidas, por meio do Banco Central, linhas de crédito especiais através de instituições financeiras que impulsionaram a abertura de mais de duas mil micro e pequenas empresas e a aprovação do Programa de Apoio a Pequenos Produtores Rurais –PROGERAR.

No campo político, Lustosa contribuiu para a criação da Confederação Nacional da Pequena Empresa, teve participação ativa na inscrição do artigo 179 da Constituição e no pedido para a Câmara para aprovação do primeiro Estatuto da Microempresa. (LUSTOSA *apud* MANCUSO, 2002).

A contribuição mais importante de Lustosa foi em 1990 no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) quando a instituição sofreu a ameaça de ser extinta por meio da Medida Provisória nº 151 de 1990.

Ele "apresentou a proposta que resultou na transformação do CEBRAE em um Serviço Social Autônomo[5] desvinculando da administração pública federal, denominado agora de Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)". (COSTA, 2010, p. 1)

Vale ressaltar que, segundo Guimarães (2001), para manutenção da entidade, não só a atuação de Lustosa, mas também a mobilização dos funcionários da entidade que estavam espalhados por todo o Brasil somaram forças para transformar a entidade em Serviço Social Autônomo – SSA pertencente ao "Sistema S", [6]passando a contar com um grande volume de recursos públicos advindos de contribuições empresariais obrigatórias.

---

[5] Os Serviços Sociais Autônomos (SSAs) surgiram como entidades com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criadas por confederações mediante autorização legislativa, atuando sem submissão à Administração Pública mas por ela controlada, para desenvolver atividades privadas de interesses públicos ministrando assistência ou ensino a certas categorias sociais ou profissionais, vinculadas ao sistema sindical, mantidas por contribuições compulsórias ou parafiscais arrecadadas pelas próprias entidades e por estas geridos (CUNHA JUNIOR *et. al.* 2002, p. 262)

[6] Pode parecer que o "Sistema S" é sinônimo de Serviços Sociais Autônomos (SSA), todavia, segundo Nóbrega (2019) "este é o gênero, enquanto que aquele é a espécie". Assim, fazem parte do Sistema S, que por sua vez são SSAs: SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários; SESI – Serviço Social da Indústria; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SESC – Serviço Social do Comércio; SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SEST – Serviço

Mancuso (2002), explica que o Legislativo também demonstrou interesse em manter a entidade já que por mais de uma vez impediu que a instituição fosse encerrada pelo Executivo. Assim, a transformação do CEBRAE em uma entidade civil sem fins lucrativos, foi concretizada por meio do Decreto n° 99.570 de 9 de outubro de 1990 adjunto da Lei nº 8.029 de 12 de abril do mesmo ano.

Nesse contexto, o Sebrae foi a primeira instituição - nascida na Constituição de 1988 - que saiu dos padrões do grupo das originárias como SENAI, SESI, SENAC e SESC que nasceram na vigência da Constituição de 1946. Outras instituições nasceram também na Constituição de 1988, todavia, o SENAR, o SEST e o SENAT obedeceram a mesma formatação das originárias inclusive vinculadas ao sistema sindical enquanto que o SEBRAE, a APS, a APEX-Brasil e a ABDI são provenientes da transformação de agentes da Administração Indireta e não têm vinculação a um sistema sindical.

Assim, Borges (2010, p. 266) divide essas entidades em dois grupos:

> a) os serviços sociais autônomos originários, que se prestam à colaboração com autonomia, que a lei autoriza que sejam criados por confederações de categorias profissionais; que são destinados ao fomento a atividades de interesse público; que são mantidos por contribuições parafiscais arrecadadas pelas próprias entidades e por estas geridos; cuja criação se arrima em previsão constitucional;
> b) os serviços sociais autônomos criados diretamente pela lei, geralmente mediante transformação de entidades da administração indireta preexistentes; cuja subsistência decorre de repasses governamentais, através de dotações orçamentárias, em razão de fundos públicos ou de transferência de empréstimos internos ou externos; que, sendo extremamente dependente de recursos do Poder Público, não possuem nenhuma autonomia de ação; que são destinados a diversas finalidades de interesse público, inclusive na área de saúde, correspondendo a verdadeiro desempenho de serviços público; que em regra são acompanhados da assinatura de contratos de gestão; que não tem sua criação arrimada em nenhuma previsão constitucional.

Conforme destaca Sá (2021) e Manus (1997), o surgimento dos SSA na década de 1940 teve como principal objetivo aperfeiçoar a mão de obra brasileira diante da necessidade imposta no final da Segunda Guerra Mundial a partir do avanço tecnológico em decorrência da indústria bélica. Na falta de uma resposta

---

Social do Transporte; SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; e o SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; no entanto, não pertencem ao Sistema S, mas são SSAs: APS - Associação das Pioneiras Sociais; APEX- Agência de Promoção de Exportações; ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. É possível ainda que existam SSAs não integrantes do Sistema S no âmbito estadual e municipal.

suficiente do Estado, empresários da indústria e do comércio decidiram ir em busca de uma solução. Contudo, o grupo dos novos Serviços Sociais ao qual o SEBRAE faz parte têm diferenças consideráveis dos tradicionais conforme mostra Nóbrega (2019),

> Ao contrário das entidades do Sistema “S” tradicionais, os novos serviços sociais autônomos, apesar de levarem essa denominação nas leis que as instituíram, foram implementadas pelo Poder Executivo, e não por entidades sindicais; não tem como objetivo a prestação de serviços sociais ou de formação profissional; não possuem a mesma independência administrativa e financeira que os entes de cooperação tradicionais têm, por estarem ligadas ao Poder Público.

Assim, apesar de a lei assegurar que o SEBRAE atue como Serviço Social Autônomo, a independência comumente destinada a essa categoria não é garantida a essa instituição já que está submetida a todas a regras impostas pelo poder público, pois é financiada pelo próprio orçamento federal.

1.4 - Formação do CND e do CDE-MA

De sua origem até a transição para o “Sistema S” em 1990, o Centro Brasileiro de Apoio Gerencial às Pequenas e Médias Empresas - CEBRAE se configurava como membro da administração pública incialmente vinculado ao Ministério do Planejamento. Seu primeiro estatuto foi em 1972 e seu primeiro Conselho Deliberativo – CND foi formado por representantes das seguintes entidades: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); e Associação Nacional de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE).

Em 1975 foi estabelecido o segundo estatuto e em 1976 o terceiro. Neste o nome passou a ser Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, todavia, a sigla não foi alterada. Nele também, foi incluído no CND o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com a responsabilidade de presidência das diretorias.

Em busca de uma atuação mais política o CEBRAE passou por significativas mudanças. Após a quarta modificação do estatuto, em 1979, o secretário do Ministério Público passou a ser o presidente do CND e decidir quem seria o diretor-presidente.

Em 1984 o CEBRAE foi desvinculado do Ministério do Planejamento para ser vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio - MIC. No mesmo ano, o estatuto foi alterado novamente pela quinta vez onde a instituição passou a ser gerenciada pelo Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresa – COPEME que foi criado para esse propósito e era também responsável pelas transferências de verbas do governo para a instituição.

Além disso, houve ampliação do CND que acrescentou mais cinco entidades além do Ministério da Indústria e Comércio – MIC, são elas: Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos – SEPLAN; Caixa Econômica Federal - CEF; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; Conselho Governamental da Indústria e do Comércio - CONSIC; e Banco do Brasil - BB.

A sexta e última alteração do estatuto desse antigo CEBRAE foi em 1987 onde foi incluída a Associação dos Funcionários do CEBRAE – ABACE em seu CND, essa inclusão foi de grande representatividade para os colaboradores do SEBRAE, um dos ex-dirigentes da associação explica que "nos dois momentos mais visíveis em que fomos ameaçados, a vitória veio de um sentimento coletivo de que essa organização tinha muito que fazer pelo Brasil. Um sentimento patriótico. É importante dizer isso". (MANCUSO *apud* MELO, 2008, p. 59)

A partir do decreto de nº 99.570 de 9 de outubro de 1990 que desvinculou da instituição da Administração Pública Federal transformando-o em serviço social autônomo, o CND do SEBRAE deveria ser formado por treze membros, além disso, precisaria ser formado um Conselho Fiscal formado por cinco membros e uma Diretoria Executiva. As competências e atribuições dos membros são regulamentadas por estatutos e regimento interno.

Mais duas instituições passaram a fazer parte do novo Conselho Nacional Deliberativo por meio da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014. a Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais – CONAMPE e o Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – COMICRO somando a partir de então quinze instituições no Conselho.

Quadro 1: Instituições membros do Conselho Deliberativo do SEBRAE-NA

I – Associação Brasileira dos Centros de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (ABACE);
II- Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (ANPEI);
III – Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec);
IV – Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB);
V – Confederação Nacional da Agricultura (CNA);
VI – Confederação Nacional do Comércio (CNC);
VII – Confederação Nacional da Indústria (CNI);
VIII – Secretaria Nacional da Economia do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;
IX – Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE);
X – Banco do Brasil S.A.;
XI – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
XII – Caixa Econômica Federal (CEF);
XIII – Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).
XIV – Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (CONAMPE). [Incluída por meio da Lei Complementar nº147, de 7 de agosto de 2014]
XV – Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – (COMICRO) [incluída por meio da Lei Complementar nº147, de 7 de agosto de 2014]

Fonte: Estatuto do SEBRAE 2021

De acordo com o Estatuto do Sebrae (2021a), o Conselho Deliberativo elege seu presidente, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Sendo que este é formado por cinco membros e elege dentre seus membros o seu presidente e aquele é formado por um Diretor-Presidente, um Diretor Técnico e um Diretor de Administração e Finanças. Com exceção do Presidente do CDN que não tem direito a recondução, todos os demais membros têm mandato de quatro anos e podem reconduzir por igual período.

O Estatuto também deixa claro que os membros do CDN, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo não serão remunerados, mas nada é falado sobre a Diretoria Executiva. Segundo Melo (2008, p. 31):

> Sabe-se por meio de notícia de jornal Folha de São Paulo de 20/12/1998 que os diretores têm salários de R$ 17 mil. Já em

> 22/08/2004 durante escândalos que expuseram Paulo Okamoto, diretor presidente do SEBRAE, como responsável pelo pagamento de dívidas de campanha do presidente Lula, é anunciado que seu salário no SEBRAE é de R$ 24.263,80.

Contudo, segundo o Relatório de Gestão 2019 do SEBRAE-NA, ano anterior à pandemia do COVID-19, o salário em reais do Diretor Presidente do SEBRAE foi de cerca de cinquenta e três milhões, a soma da remuneração dos diretores no referido ano foi de quase dois milhões e novecentos mil, sendo cerca de mil e cinquenta e um milhões para o presidente, oitocentos e noventa e sete para o Diretor de Administração e Finanças e novecentos e vinte e cinco para a Diretoria Técnica.

Segundo Lopes (2001), ao transformar o Sebrae em serviço social autônomo o governo fez um acordo onde o presidente do CDN sempre será procedente das confederações patronais. Vale ressaltar que na formação do Conselho Deliberativo já tem quatro confederações. Outro ponto importante a ser destacado nessa formação é que o poder público é representado por cinco instituições o que demonstra grande força do governo no Conselho, como comenta uma reportagem do Jornal Folha de São Paulo de 16 de dezembro de 2002 citada por Melo (2008, p. 32),

> Apesar de ser uma entidade privada, o SEBRAE é e sempre foi fortemente controlado pelos governos em exercício. Dos 13 [agora 15] votos para a eleição da diretoria, 5 são definidos por órgãos federais: Ministério do Desenvolvimento, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e FINEP.

Um exemplo de como a pressão política pode influenciar nas decisões, foi durante a transição do governo FHC para Lula, onde este indicou para diretor presidente do Conselho Executivo Paulo Okamoto e aquele indicou Silvano Gianni. Os membros do CDN foram fortemente influenciados por questões políticas em suas decisões de votos para eleger o presidente do Conselho. O que ocorreu foi uma negociação entre o antigo e o novo presidente onde Gianni assumiu a presidência e Okamoto ficou com o cargo de Diretor de Administração e Finanças.

Essa influência do governo é garantida em todo o Brasil. A organização possui unidades operacionais em cada estado e no Distrito Federal. Elas são denominadas Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas daquele estado

e são identificadas pela expressão SEBRAE e nela incluída a sigla da Unidade Federativa. No caso, o SEBRAE do Estado do Maranhão é identificado como SEBRAE-MA. Da mesma forma, cada unidade possui seu próprio Conselho Deliberativo. O CDE-MA é formado por:

Quadro 2: Instituições membros do Conselho Deliberativo do SEBRAE-MA

I – Federação das Indústrias do Estado Do Maranhão (FIEMA);
II – Federação das Associações Empresariais do Maranhão (FAEM);
III – Associação Comercial do Maranhão (ACM);
IV – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI);
V – Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SEINC);
VI – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (FECOMÉRCIO);
VII – Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
VIII – Federação da Agricultura do Estado do Maranhão (FAEMA);
IX – Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Maranhão (FCDL);
X – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE);
XI – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/NA);
XII – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
XIII – Caixa Econômica Federal; BB – Banco do Brasil (CEF);
XIV – Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Fonte: Estatuto do SEBRAE 2021

Apesar de o formato e a atuação do SEBRAE de cada unidade federativa estarem em concordância com a do Nacional, elas têm certa autonomia para fazer suas adaptações conforme as necessidades dos governos estaduais e municipais. Nessa formatação é possível observar duas representantes do governo estadual, SECTI e SEINC e três do governo federal, UFMA, CEF e BNB, o que corrobora com a afirmativa de Melo da grande influência do governo nas decisões da organização. Vale ressaltar que obrigatoriamente, o próprio SEBRAE-NA está no CDE.

1.5 - Organização do Sistema SEBRAE a Nível Nacional e Estadual.

Para fins de compreender a funcionalidade do SEBRAE esta sessão foi desenvolvida com base nos estatutos sociais e os regimentos internos tanto do

SEBRAE Nacional (SEBRAE/NA) quanto do SEBRAE do Estado do Maranhão (SEBRAE/MA). Inicialmente, torna-se necessário apresentar seu objetivo organizacional.

> O SEBRAE tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; facilitar o acesso ao crédito, a capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, do meio ambiente, da capacitação gerencial e da assistência social; promover a educação, a cultura empreendedora e a disseminação de conhecimento sobre o empreendedorismo, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. (SEBRAE, 2021, p. 2)

Dessa maneira, a instituição é formada por uma Unidade Nacional que coordena suas unidades operacionais situadas nos Estados e no Distrito Federal. Podem haver Unidades Regionais (UR) e Núcleos de Atendimento Empresarial – (NAE) vinculadas às unidades estaduais distribuídas de forma estratégica para atender a demanda.

Diante da complexidade do sistema, para garantir que os objetivos institucionais sejam cumpridos de forma mais padronizada possível, o estatuto estabelece normas que garantem que a formatação de todas as unidades seja consonante com a do nacional, desde a “composição dos conselhos deliberativos, a duração dos mandatos de seus conselheiros e diretores, os estatutos sociais e regimentos internos” (SEBRAE, 2021, p. 3).

A estrutura básica da organização é formada por três órgãos principais, conforme explica o estatuto da instituição:

> O SEBRAE tem como estrutura básica um Conselho Deliberativo Nacional-CDN, que funcionará como assembleia geral da entidade, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. O CDN poderá constituir para assessorá-lo como órgão de apoio um Conselho Consultivo, que exercerá atribuições de orientação, aconselhamento estratégico e apoio institucional às atividades do SEBRAE. (Idem, 2021a, p. 4)

Dessa maneira, cada órgão tem suas responsabilidades e obrigações no sistema, conforme apresentado a seguir:

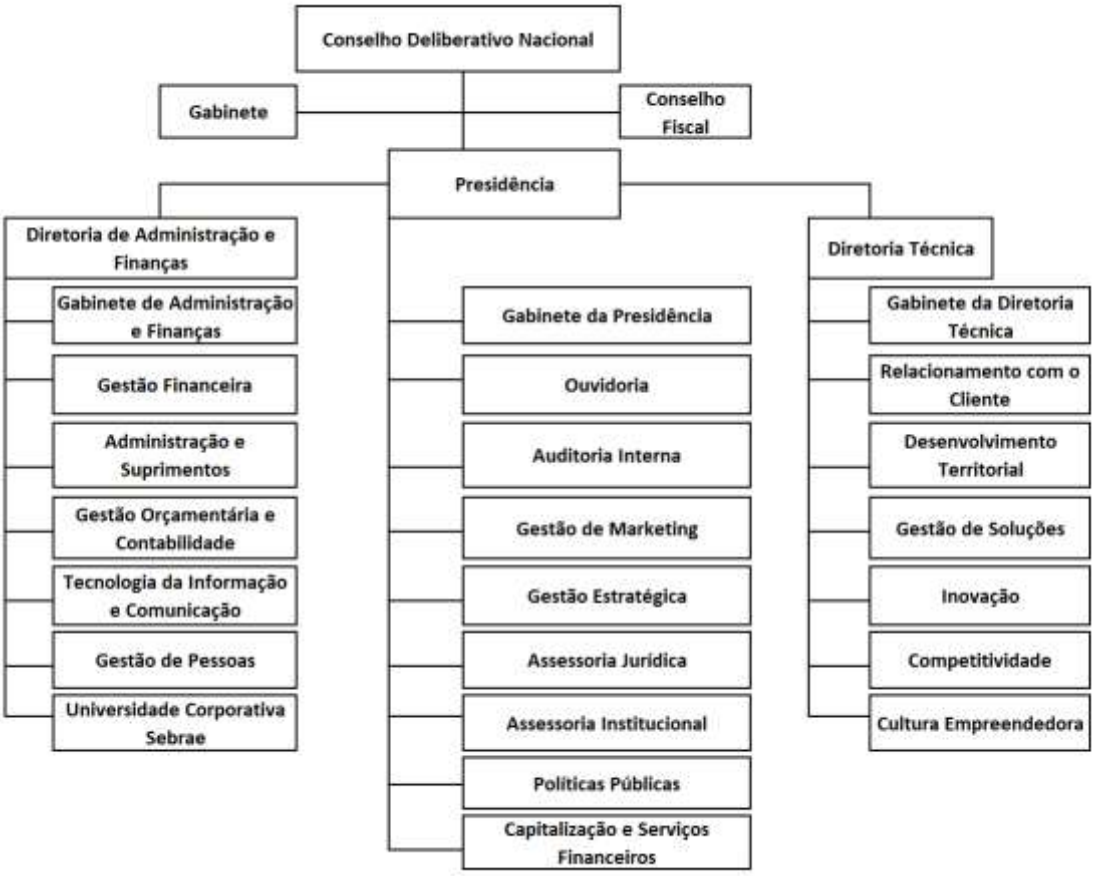
a. CDN - órgão colegiado de poder máximo do sistema. Seus conselheiros titulares e suplentes são indicados pelas organizações associadas e cumprem mandato de quatro anos, sem remuneração,

permitida a recondução. Estão dentre suas principais atribuições: a gestão dos recursos financeiros; a definição de seu presidente, dos diretores e os titulares do Conselho Fiscal; aprovação do Orçamento Anual e das Diretrizes do Plano Plurianual; e a aprovação da prestação de contas;

b. Conselho Fiscal – é um órgão que assessora o CDN para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira. É formado por cinco titulares e cinco suplentes. Cumprem mandato de quatro anos, sem remuneração, permitida a recondução. Para cumprimento de suas atividades ele pode solicitar subsidio para as áreas de contabilidade e avaliação de contas do Sistema, além de contar com empresa de auditoria independente contratada pelo CDN. Estão dentre suas principais atribuições: a definição de seu presidente; examinar e emitir pareceres sobre as demonstrações financeiras e prestações de contas anuais do SEBRAE, e sobre o processo de consolidação de contas.
c. Diretoria Executiva – órgão colegiado responsável pela execução dos planos. É formado por um diretor-presidente, um diretor técnico e um diretor de administração e finanças. Todos têm mandato de quatro anos, admitida a recondução. Estão dentre suas principais atribuições: cumprir e fazer cumprir o estatuto, o direcionamento estratégico, as diretrizes para elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual assim como outras orientações e diretrizes do CDN; executar o orçamento do SEBRAE; captar recursos de outras fontes não previstas a fim de ampliar as ações da organização.

Os órgãos são organizados em um sistema organizacional hierárquico onde os setores são interdependentes e trabalham de forma harmônica no alcance dos objetivos da instituição. A hierarquia dentre esses órgãos fica melhor evidenciada através do organograma a seguir que mostra a estrutura completa do SEBRAE-NA.

Figura 2 – Estrutura Organizacional do SEBRAE/NA (2020)



Fonte: SEBRAE; Transparência e Prestação de Contas (2021)

No organograma exibido na Figura 2, o CDN está representado no topo, o que demonstra seu poder no sistema organizacional. Em seguida está o Conselho Fiscal que assessora o CDN nas tomadas de decisões. Na sequência a Diretoria Executiva com o diretor-presidente em posição superior aos demais diretores, o técnico e o de administração e finanças.

Cada diretoria com seus devidos gabinetes e com seus grupos de setores dependentes. O enquadramento desses grupos em cada diretoria leva em consideração a afinidade com os assuntos pertinentes a ela. Vale ressaltar que no caso desses setores, apesar de o organograma organizá-los um sobre o outro, mas todos possuem o mesmo nível hierárquico e estão subordinados apenas à sua diretoria.

O regimento com base na resolução CDN nº 345/2020 explica que essa estrutura é gerenciada por unidades que são organizadas de forma estratégia da seguinte forma:

Quadro 3: Unidades de Gerenciamento do Sistema SEBRAE.

I - Unidades de Relacionamento, Gestão e Competitividade: Relacionamento com o cliente; Desenvolvimento territorial; Gestão de Soluções; Inovação; e Competitividade.
II - Unidades de Articulação Institucional: Capitalização e serviços financeiros; Cultura empreendedora; Assessoria institucional; e Políticas públicas.
III - Unidades de Suporte e Gestão: Gabinetes; Ouvidoria, Gestão de marketing; Administração e suprimentos; Gestão financeira; Assessoria jurídica; Auditoria interna; Gestão orçamentária e contabilidade; Gestão estratégica; Gestão de pessoas; Universidade corporativa SEBRAE; e Tecnologia da informação e comunicação.

Fonte: Regimento Interno do SEBRAE-NA de 2021

Ao comparar o organograma organizacional da figura 2 com a forma de gerenciamento por unidades apresentado no quadro 3, pode-se perceber que além da hierarquia imposta por cada uma das diretorias, os setores são organizados também em unidades por proximidade de objetivos, o que une setores de mais de uma diretoria em uma mesma unidade.

Quanto ao SEBRAE-MA, seu estatuto ainda não foi atualizado após a versão de 2010, todavia, deve-se atender o mesmo modelo contido no documento a nível nacional, ou seja, sua estrutura organizacional leva o CDE-MA no topo da liderança assessorada pelo Conselho Fiscal e na sequência a Diretoria Executiva.

No entanto, seu regimento interno foi atualizado em 2021. Nele a Diretoria Executiva (DIREX) é organizada de maneira diferente do Nacional. A primeira diferença está na denominação do diretor-presidente que passa a ser diretor-superintendente. Junto ao diretor-técnico e ao diretor de administração e finanças formam a Secretaria Executiva, que é um órgão de assessoramento e apoio da DIREX.

A Secretaria Executiva (SECREX) é um órgão de assessoramento e apoio à Diretoria Executiva, a ela compete:

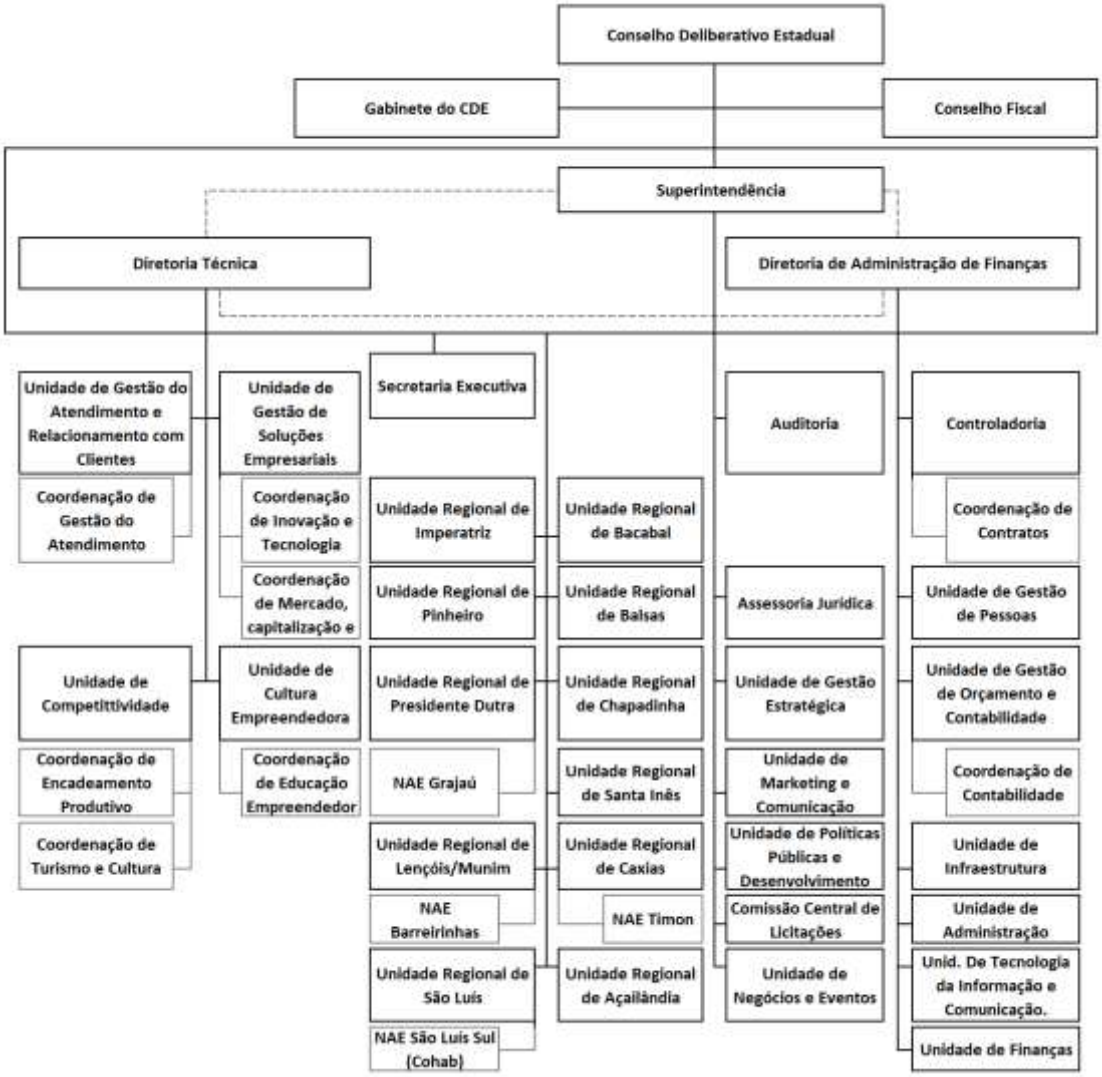
> a) Organizar pauta e reuniões da DIREX, fazendo a redação e leitura da Ata e Resoluções;
> b) Fazer a coleta de material e documentos para compor a pauta de reuniões;
> c) Realizar os trabalhos de ordenação e preparação das correspondências e organização de arquivos da DIREX;
> d) Apoiar os Diretores, sempre que solicitado, em reuniões e eventos;
> e) Sistematizar e compatibilizar o calendário de reuniões da DIREX. (SEBRAE-MA; 2021, p. 22)

Assim, apesar de o superintendente liderar a Diretoria Executiva, a partir da SECREX a opinião dos dois outros diretores também têm grande peso nas

tomadas de decisões, dentre as principais estão: elaboração do estatuto e do regimento interno; definição da estrutura organizacional; proposta do Plano Plurianual e do orçamento anual. Vale ressaltar que após aprovação da DIREX, as propostas são encaminhadas para o CDE e por último ao CDN.

Nesse contexto, o Conselho Deliberativo do Estado do Maranhão está no topo da liderança no sistema organizacional, ou seja, todas as demais diretorias e setores estão subordinados a ele. Contudo, ele se mantém subordinado ao Conselho Deliberativo Nacional e todas as suas deliberações. Portanto, ainda que as unidades estaduais tenham uma certa independência, mas sempre estão alinhadas com os interesses do Nacional.

Figura 3 – Estrutura Organizacional do SEBRAE/MA (2021)



Fonte: Elaborado pelo autor - Transparência e Prestação de Contas SEBRAE (2021)

A principal diferença dessa estrutura para a do Nacional é a inclusão das Unidades Regionais (UR) e dos Núcleos de Atendimento Empresariais (NAE) que têm o propósito de facilitar a atuação do SEBRAE em áreas estratégicas.

Cada UR tem como competências principais: coordenar os projetos finalísticos; executar o planejamento plurianual por meio dos projetos e atividades de abrangência territorial; efetuar articulação com terceiros que tenham relação com suas atividades territoriais; atualizar e operar sistemas de gestão; avaliar constantemente os cenários que intercedem direta e indiretamente no desempenho de suas atividades.

Já os NAE têm como função a administração de projetos e atividades de abrangência territorial do Núcleo, sob a subordinação e coordenação da Gerência Regional correspondente. Assim como o Nacional, cada diretor pertinente à Diretoria Executiva possui seus subsetores, todavia, no caso do SEBRAE-MA são denominados de Unidades.

Dessa forma, a Diretoria Executiva do SEBRAE-MA desenvolve seu Plano Plurianual e Orçamento Anual com base nas Diretrizes Nacionais do CDN e submete para aprovação do CDE-MA. Após análise do CDN, a SEBRAE maranhense passa a executar o plano e orçamento através de diversos programas, projetos, produtos e serviços. As unidades operacionais de cada Estado têm autonomia para criar soluções de acordo com as peculiaridades locais desde que tenham orçamento direcionado para essa finalidade.

Após execução do plano, até o último dia útil de fevereiro de cada ano o CDE/MA precisa prestar contas com o CDN. Esse processo é encaminhado, junto com pareceres do Conselho Fiscal e da empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE. Os itens obrigatórios são: relatório de gestão estratégica; relatório de gestão administrativa; balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstrativos da execução orçamentária; e demais peças exigidas pelo Tribunal de Contas da União.

1.6 - Fontes de Receitas do SEBRAE

Para manter sua estrutura em pleno funcionamento, o SEBRAE/NA tem gastos na casa dos bilhões. Em 2019 - período anterior à pandemia de COVID-19 - segundo o Balanço Orçamentário Consolidado do Sistema Sebrae emitido

em setembro do referido ano, a instituição teve despesas que somaram mais de dois bilhões de reais.

Assim, para arcar com essas despesas, seus rendimentos, segundo seu Estatuto Social, referente a resolução CDN n º 327 de 2021, são:

> I – O adicional às alíquotas das contribuições sociais relativas às entidades de que trata o art. 1º, do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, conforme estabelecido no art. 8, § 3º, da lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e alterações posteriores;
> II – As subvenções e auxílios financeiros;
> III – O produto da prestação de seus serviços;
> IV – O produto da aplicação dos seus bens patrimoniais e financeiros;
> V – As doações recebidas; e;
> VI – Outras rendas de origens diversas. (SEBRAE, 2021a, p. 21)

Contudo, a principal fonte de recursos advém do primeiro inciso mencionado anteriormente. Por exemplo, dos mais de quatro bilhões de receita de 2019, 84% advém da contribuição para o SEBRAE, ou seja, mais de três bilhões. Segundo uma publicação do SEBRAE-SP de 1996 citada por Melo (2008, p. 35), já surgiram sugestões para manutenção do Sistema, entre elas:

> 1. Doações orçamentárias de tesouro, porém a imprevisibilidade dos recursos é grande, há o risco de cortes de verba e manipulação política;
> 2. Percentual sobre o faturamento das empresas, porém, é uma forma de financiamento muito sujeita a oscilações da conjuntura econômica e seria inadmissível que o SEBRAE sofresse as mesmas dificuldades que uma empresa;
> 3. Redução do percentual sobre a folha, isso não é recomendável pois durante todos os encargos trabalhistas se destina ao SEBRAE apenas 0,6%, além do que se destina a um serviço que visa a melhoria na produtividade e qualidade de vida, portanto, não é custo, é investimento.
> 4. Contribuição voluntária, isto é inviável, pois o pensamento do empresário é seguinte: quem contribui estará formando mão-de-obra para o concorrente;

Dessa maneira essa contribuição parafiscal garante a continuidade do Sistema de forma legitimada pela Organização Internacional do Trabalho-OIT que a partir de 1960 difundiu o modelo de financiamento com descontos sobre a folha de salários para toda a América Latina (Idem, 2008).

Esse recurso foi aprovado pela lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, em seu § 3º do artigo 8º, diz que:

> Para atender à execução das políticas de apoio às micro e às pequenas empresas, de promoção de exportações e de desenvolvimento industrial, é instituído adicional às alíquotas das

> contribuições sociais relativas às entidades de que trata o art. 1º do Decreto-Lei no 2.318, de 30 de dezembro de 1986, de:
> a) um décimo por cento no exercício de 1991;
> b) dois décimos por cento em 1992; e
> c) três décimos por cento a partir de 1993. (BRASIL, 1990)

Dessa maneira, a partir de 1993 na folha de pagamento dos funcionários das instituições contribuintes do SENAI, SENAC, SESI e SESC, foi adicionada uma alíquota de 0,3% que é arrecadada pela Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e 85,75% desse recurso é repassado mensalmente para o SEBRAE, o restante é distribuído entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial -ABDI e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações – APEX.

Quanto à distribuição do recurso, 45% são direcionados para os estados e Distrito Federal, sendo metade proporcional ao ICMS e a diferença proporcional ao número de habitantes, 45% são aplicados de acordo com as políticas e diretrizes do Conselho Deliberativo e sua atuação em conjunto com outras entidades com foco na minimização das desigualdades regionais, até 5% são utilizados para atender as despesas do SEBRAE-NA e 5% para as despesas das unidades estaduais. (MELO, 2008)

O estatuto afirma que eventualmente a instituição poderá vender produtos e prestar serviços desde que o que for arrecadado seja aplicado na manutenção de suas atividades conforme suas diretrizes, ainda conforme Melo (2008, p. 34). Além disso, ao tomar como base o ICMS e o número de habitantes na distribuição dos recursos são observadas diferenças consideráveis entre nos recursos direcionados para as regiões.

Tabela 1: ICMS e Número de Habitantes por Região

REGIÃO	ICMS	POPULAÇÃO
REGIÃO SUDESTE	R$ 250.914.757.079,70	88.371.433
REGIÃO NORDESTE	R$ 87.824.333.061,90	57.071.654
REGIÃO SUL	R$ 90.664.908.305,00	29.975.984
REGIÃO NORTE	R$ 32.953.550.890,12	18.430.980
REGIÃO CENTRO OESTE	R$ 48.853.971.156,90	16.297.074
BRASIL	R$ 511.211.520.493,62	210.147.125

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE – Estimativa da População 2001-2019 e do Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais do Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Segundo a tabela apresentada, a região com maior arrecadação de ICMS e maior número de habitantes é a Sudeste. Já a que tem menor arrecadação de ICMS é a Norte enquanto que a que tem menor número

populacional é a Centro Oeste. Para o CDN esses indicadores justificam a distribuição de recursos mais para algumas regiões do que para outras. Abaixo o total de recurso destinado a cada região:

Tabela 2: Distribuição dos recursos advindos da contribuição social por Região.

REGIÃO	DISTRIBUIÇÃO LEGAL (LEI Nº 8.154 / 90)	PLANO DE APLICAÇÃO CDN	VALOR
SUDESTE	645.084.000	127.085.000	772.169.000
NORDESTE	333.197.000	200.989.000	534.186.000
SUL	235.020.000	79.012.000	314.032.000
NORTE	125.383.000	156.996.000	282.379.000
CENTRO OESTE	133.424.000	90.188.000	223.612.000
TOTAL	1.472.108.000	654.270.000	2.126.378.000

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório do Plano Estratégico e Orçamento 2019 do SEBRAE.

Assim, conforme a Tabela 2, com maiores taxas de arrecadação de ICMS e índice populacional, a região Sudeste recebeu o maior valor, foram quase oitocentos milhões de reais. Já a região Centro Oeste foi a menos beneficiada com cerca de duzentos milhões por ter o menor índice populacional, uma diferença de quase cinquenta e nove milhões da região Norte que possui o segundo menor índice populacional, mas a menor arrecadação de ICMS, conforme pôde ser observado na Tabela 1.

No entanto, ao considerar o proporcional do ICMS na distribuição do recurso para os Estados, o SEBRAE torna prioridade as micro e pequenas empresas inseridas em um mercado mais desenvolvido e deixa às margens outras que precisam mais de apoio.

A partir da Tabela 2 também podemos observar os valores distribuídos pela Lei nº 8.154 / 90 e os redirecionados pelo CDN. Assim, o Ministério da Economia aprovou a transferência para o SEBRAE-NA no valor de três bilhões e trezentos e noventa milhões de reais em 2019. Desse valor é descontado uma taxa de INSS (3,5%), equivalente a cento e dezoito milhões e seiscentos e cinquenta mil reais, 45% do valor restante é de quase um bilhão e meio que foi distribuído entre as unidades dos Estados e o Distrito Federal.

Após a retirada da taxa de INSS e de distribuição entre as unidades operacionais, o valor restante de cerca de um bilhão e oitocentos reais (55%) fica resguardado para o SEBRAE-NA fazer os demais direcionamentos e parte desse valor pode ser utilizado em um plano de aplicação do CDN que pode redirecionar valores para garantir a efetividade de suas diretrizes. No ano de

2019, por meio do Plano de Aplicação do CDN, foram redirecionados mais de seiscentos e cinquenta e quatro milhões.

Dessa maneira, em vez de 45% o percentual distribuído entre as unidades estaduais foi de 65%, um valor de mais de 2 bilhões de reais. O SEBRAE-NA ficou com apenas 35% do valor, o equivalente a mais de um bilhão.

Na região Norte os valores distribuídos pelo Plano de Aplicação do CDN chegaram a cerca de trinta milhões a mais que os distribuídos com base na Lei nº 8.154/ 90. A região mais beneficiada foi a Nordeste e a que recebeu menos recursos foi a Sul.

Vale destacar que a distribuição de recursos para cada Estado obedece ao mínimo de 1,5% do total reservado para essa finalidade. A Tabela 3 apresenta os valores recebidos por cada Estado no ano de 2019 e sua percentagem de participação no total de recurso distribuídos pela contribuição parafiscal ordenados do maior para o menor na direção de cima para baixo da tabela.

Tabela 3: Distribuição dos recursos advindos da contribuição social aos Estados

Valores em R$ mil

Sebrae/UF	2.019	
	Previsto Original	% Participação
SP	405.893	19,10%
MG	174.732	8,20%
RJ	136.769	6,40%
PR	116.324	5,50%
RS	115.090	5,40%
BA	109.086	5,10%
PE	83.057	3,90%
SC	82.618	3,90%
CE	75.686	3,60%
GO	74.012	3,50%
PA	70.675	3,30%
MA	59.565	2,80%
ES	54.775	2,60%
MT	54.106	2,50%
AM	52.224	2,50%
MS	48.661	2,30%
PB	47.449	2,20%
DF	46.833	2,20%
RN	43.650	2,10%
AL	40.972	1,90%
PI	40.482	1,90%
SE	34.239	1,60%
AC	31.896	1,50%
AP	31.896	1,50%
RO	31.896	1,50%
RR	31.896	1,50%
TO	31.896	1,50%
Total	**2.126.378**	**100,0%**

Fonte: SEBRAE. Relatório do Plano Estratégico e Orçamento 2019.

Portanto, em 2019, dos mais de três bilhões de reais direcionados ao SEBRAE-NA através do INSS, mais de dois bilhões foram repassados aos Estados e Distrito Federal. A região Sudeste foi a mais beneficiada, sendo que mais de 50% do valor foi direcionado para o Estado que recebeu maior recurso, São Paulo. O Estado do Nordeste – segunda região de maior participação - com maior recurso foi a Bahia, que está em sexta posição na ordem do maior para o menor na Tabela 2, uma diferença de quase trezentos milhões de reais se comparado ao primeiro colocado.

Vale destacar que em 2021, segundo ano de pandemia do COVID-19, houve uma diminuição de mais de cento e oitenta e um milhões de reais no valor distribuído para as unidades estaduais e duzentos e noventa milhões do valor repassado com base na Lei Nº 8.154 / 90. Todavia, as regiões Sul e Centro Oeste receberam mais recursos do que no ano de 2019, 36% e 14% respectivamente.

A variação de valor direcionado ao SEBRAE depende principalmente de dois indicadores interrelacionados, o número de empresas ativas não optantes pelo Simples Nacional e o número de trabalhadores formais de cada uma delas uma vez que a alíquota atual de arrecadação de 0,6% é calculada na folha de pagamento dos trabalhadores contribuintes do SENAI, SENAC, SESI e SESC, como já mencionado.

Sendo assim, vale destacar que segundo o art. 13, § 3º da Lei Complementar nº 123/06, as empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional são dispensadas de pagar as contribuições para essas entidades. Segundo o Boletim Mapa de Empresas do Ministério da Economia referente ao segundo quadrimestre de 2021, foram cerca de dezenove milhões de empresas ativas no referido ano, no entanto, mais de dezessete milhões são empresas de pequeno porte considerando sua maioria optantes do Sistema de Tributação Simplificada. Vale ressaltar que 76% delas estão na modalidade de Micro Empreendedor Individual-MEI.

Quanto aos trabalhadores, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no primeiro semestre de 2021, 44,8% dos trabalhadores formais do país estão nas micro e pequenas empresas, considerando que 17,7% são do setor público, então cerca de 37,5% são contribuintes da alíquota do

Sistema. Essa porcentagem se torna ainda mais favorável ao sistema caso o número de trabalhadores em empresas contribuintes seja crescente.

1.7 - Programas do SEBRAE e a Sala do Empreendedor.

Os produtos e serviços ofertados pelo SEBRAE nos Estados e no Distrito Federal estão vinculados a um planejamento estratégico a nível nacional que tem base nas diretrizes do CDN e serve como modelo para a criação do planejamento a nível estadual. É do nacional que saem os programas e projetos que servem como mecanismo para cumprimento dos objetivos do Sistema.

Segundo o Relatório de Gestão do SEBRAE do ano 2019 foram definidos quatro objetivos para o referido ano, são eles: ter excelência no atendimento com foco no resultado para o cliente; potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos Pequenos Negócios; promover a educação e a cultura empreendedora.

Vale destacar que esses objetivos foram trabalhados em quatro eixos: Competitividade dos Pequenos Negócios; Competitividade Estrutural e Sistêmica; Estímulo ao Empreendedorismo; Excelência na Gestão. Nesse contexto, cada eixo obteve suas devidas estratégias para cumprimento dos objetivos. O Quadro 4 apresenta as estratégias de todos os eixos organizadas em dois grupos, o primeiro se refere às estratégias que foram cumpridas com foco no atendimento e o segundo as que foram cumpridas com foco em melhorias internas.

Quadro 4: Estratégias Nacionais

Atendimento	**Internas**
1- Atendimento ao Cliente	12 -Desburocratização pela implementação da REDESIM
2 - Bioeconomia e Sustentabilidade	13 -LIDER – Planejamento e Governança nos Territórios
3- Cadeia de Valor de Energia	14 -Municipalização de Políticas de Desenvolvimento
4 -Economia Criativa	15 -Rede de Inteligência
5 - Economia Digital - Startup	16 -Complementação do Seguro Saúde
6 -Educação Empreendedora	17 -Desenvolvimento de Fornecedores
7 -Encadeamento Produtivo	18 -Excelência na Gestão
8 -Encadeamento Tecnológico	19 -Reposicionamento da Rede de Atendimento
9 -Negócios de Impacto Social e Ambiental	20 -Sustentabilidade na Gestão do Sistema Sebrae
10 -Pequenos Negócios de Alto Impacto	21 -Transformação Digital do Sistema Sebrae
11 –Turismo	

Fonte: SEBRAE. Relatório de Gestão 2019.

Para fins desta pesquisa daremos foco no primeiro grupo em busca de compreender como chegar até os clientes da instituição. Nesse caso, vale esclarecer quem são os clientes para qual esse atendimento está direcionado, segundo o documento de Diretrizes para Elaboração do Plano Executivo Anual e Orçamento 2021 os clientes do Sistema estão agrupados em:

a. Público Direto – são tanto os empreendimentos com faturamento anual de até 4, 8 milhões regularizados perante o poder público quanto as pessoas físicas com intenção de iniciar um negócio.

b. Público Indireto – São Instituições que podem atuar como parceiras em benefício dos pequenos negócios. Pode-se considerar as empresas de médio e grande porte, instituições da administração pública e instituições sem fins lucrativos.

A maior parte dos produtos e serviços que formam o portfólio do Sistema estão direcionados para o público direto. Segundo o Relatório de Gestão do SEBRAE 2019:

> Em 2019, foram atendidos, nas atividades de atendimento individualizado, cerca de 3,8 milhões de clientes e foram investidos mais de R$ 604 milhões nessa estratégia, o que a consolida como a iniciativa de maior amplitude de atuação finalística do Sebrae, tanto no âmbito financeiro quanto nos resultados quantitativos alcançados. (SEBRAE; 2019, p. 24)

O público individualizado, ou seja, que vai em busca de orientações, produtos e serviços para o seu negócio de forma isolada conta diversos programas. Em uma publicação do SEBRAE de 2014, denominada Programas Nacionais foram apresentados os mais importantes. Em 2021 os programas continuaram no portfólio, sempre passando por adequações com base nas diretrizes nacionais. São exemplos:

a. SEBRAETEC: tem como objetivo incorporar ações inovadoras nos Pequenos Negócios, para ganho de competitividade no mercado. Os preços dos serviços do programa contam com subsídio pagos pelo SEBRAE, em 2019 foi cerca de 70% do valor a ser pago pelo cliente. Através desse programa as empresas de pequeno porte podem, por exemplo, dentre outras ações, desenvolver marca, melhorar o *design* de produtos, reduzir custos e automatizar processos de produção.

b. Negócio a Negócio – NAN: tem como principal objetivo promover melhorias no empreendimento por meio de orientação presencial continuada e gratuita. É direcionado para empreendedores que conhecem pouco sobre ferramentas de gestão empresarial. Também tem o propósito de iniciar o relacionamento com novos clientes, pois o Sistema envia um de seus agentes para visitar a empresa sem que ela tenha solicitado. A partir do ano de 2022 esse programa sofreu algumas modificações na metodologia e passou a se chamar “SEBRAE na sua empresa”.

c. Agentes Locais de Inovação – ALI: o programa é resultado de um acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ que fornece bolsistas para serem qualificados pelo SEBRAE e atuarem na orientação de empresas de pequeno porte com o objetivo de promover a prática continuada de ações de inovação.

A partir de 2020 o ALI passou a representar o SEBRAE em um programa do Governo Federal chamado “Brasil Mais”, segundo o site do governo, a iniciativa da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade - SEPEC, do Ministério da Economia, é desenvolvida em parceria com SEBRAE, SENAI e ABDI e visa aumentar a produtividade e competitividade das empresas brasileiras, com a promoção de melhorias rápidas, de baixo custo e alto impacto.

d. EMPRETEC: trata-se de um treinamento de seis dias consecutivos com metodologia desenvolvida pela ONU – Organização das Nações Unidas e aplicada com exclusividade pelo SEBRAE no Brasil e busca estimular e desenvolver o comportamento empreendedor por meio do aperfeiçoamento das características fundamentais ao desenvolvimento empresarial.

O Sistema atende também por meio de consultorias e qualificações em projetos e programas direcionados para temáticas específicas e segmentos de clientes, os principais são: atendimento ao cliente; bioeconomia e sustentabilidade; cadeia de valor de energia; economia criativa; economia digital - startup; educação empreendedora; encadeamento produtivo; encadeamento tecnológico - *corporate startup*; negócios de impacto social e ambiental; pequenos negócios de alto impacto; turismo.

Para cumprir os objetivos direcionados ao atendimento, seja por individual ou segmentado, o Sistema firma parcerias estratégicas e, nesse caso, o relacionamento com entidades do governo e outras instituições – público

indireto - são fundamentais. No Relatório de Gestão do SEBRAE (2019, p. 10) são apresentadas as principais parcerias com o Governo Federal e os projetos e programas resultantes desses acordos.

> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AgroNordeste, Produtos Artesanais - Selo Arte, Indicações Geográficas, Programa Nacional de Bioinsumos); Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (programa Agentes Locais de Inovação - CNPQ – ALI, projeto Nexos, projeto Biogás na Agroindústria, projeto Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT); Ministério da Economia (programa Mobilização pelo Emprego e Produtividade, Inovativa, *Startout,* ENIMPACTO, Câmara Indústria 4.0, Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Projeto Empreendedor Digital, REDESIM, Portal do Empreendedor, Semana Nacional de Crédito, Semana Nacional de Educação Financeira, Programa do Artesanato Brasileiro); Ministério da Educação (programa Educação Empreendedora); Ministério de Minas e Energia (Ecossistema de Inovação em Petróleo e Gás, Programa de Revitalização da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Terra; Ministério do Turismo (programa Investe Turismo) e a Secretaria Geral da Presidência da República (programa *Doing Business* Subnacional Brasileiro).

O Sistema desenvolve ações também em parceria com as prefeituras. Um exemplo, é um de seus principais programas focado em empreendedorismo, o “Cidade Empreendedora”. Por meio dele o SEBRAE vende para as prefeituras serviços de assessoria, consultoria e qualificação com base em quatro temáticas principais: gestão municipal; desburocratização; compras governamentais; e educação empreendedora.

Dessa forma, a proposta do programa é desenvolver a economia do município através da preparação de um lado as lideranças do poder público, privado e terceiro setor e do outro os empreendedores e população para fortalecerem iniciativas empreendedoras.

Vale destacar que no Planejamento Estratégico do SEBRAE 2023, ainda em fase de implementação no período desta pesquisa, mesmo em um contexto de pandemia do COVID-19, aposta em pelo menos três programas com temáticas relacionadas ao empreendedorismo, são eles: Brasil + Empreendedor, Empreendedor do Futuro e Ambiente de Negócios.

Nesse contexto, uma das principais ferramentas utilizadas pela instituição para alcançar o público dessa temática é a “Sala do Empreendedor” que é uma iniciativa da prefeitura ancorada na Lei Geral da Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte -EPP (LC 123/2006). Em seu art. 5º torna obrigatório que os órgãos e entidades envolvidos, nos âmbitos municipal,

estadual e federal deverão deixar à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos de forma consolidada para abertura e fechamento de empresas.

Dessa maneira, a prefeitura em parceria com o SEBRAE e outras instituições une esforços na abertura e funcionamento de um espaço físico para orientar a população quanto às etapas necessárias para empreender ou para desistir de um negócio. O SEBRAE/AM (2021, p. 8) define a iniciativa:

> A Sala do Empreendedor é um local de convergência de ações e atividades do poder público municipal que deve centralizar determinados fluxos de processos, relacionados ao empreendedorismo local. Faz-se necessário, contudo, pontuar que a Sala do Empreendedor ultrapassa a finalidade de ser tão somente um espaço físico centralizador de serviços públicos, ao contrário, se constitui uma estratégia que visa desburocratizar e conferir agilidade aos procedimentos administrativos que impactam no dia a dia dos negócios e da vida empresarial nos municípios. Carrega em si, portanto, um conceito de aglutinação de serviços, de integração e agilidade nos processos burocráticos, sendo, antes de tudo, um espaço de soluções à disposição do empreendedor.

Dessa maneira, a estratégia se trata de ter um ponto de convergência de ações do Governo direcionadas à população com o propósito de facilitar a mudança do trabalhador em empreendedor. Considerando que esta pesquisa busca fazer uma análise de cenário das condições socioeconômicas do empreendedor, então o estudo sobre a atuação da Sala se torna fundamental. É por meio dela que serão analisadas as políticas e ações direcionadas para o cidadão e também a percepção dele diante do cenário.

CAPÍTULO II – CRISES CÍCLICAS E CRISES ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO

2.1 - Empreendedor: Novo Integrante da Sociedade Civil?

Esta subseção tem como base a obra “Sociedade Civil e Hegemonia” de 2006 do teórico político Jorge Luís Acanda. Nesse contexto, Marx critica veemente a concepção defendida por Hegel de que a separação que existe entre Estado e sociedade é sanada no próprio Estado já que ele é representação autêntica da sociedade civil e, portanto, simboliza a conciliação dos interesses dos indivíduos tanto particulares, na condição de *Burger,* quanto coletivos como membro da sociedade, na condição de *citoyen*.

Essa conciliação não ocorre de fato já que o caráter político do indivíduo é alienado pela sociedade burguesa moderna e afastado de sua condição de indivíduo privado. Dessa forma, “a conquista do poder pelos grupos revolucionários é analisada como um processo que tem por objetivo a eliminação da alienação econômica e política” (MARX, 1975)

Para compreender o papel do Estado no decorrer das transições de regime de acumulação deve-se analisar o conceito de “sociedade civil”. Seus primeiros conceitos de tinham como plano de fundo a ação da burguesia de resguardar seus interesses por meio de um Estado ainda não burguês.

A partir das revoluções Inglesa do século XVII e XVIII, das Treze Colônias e a Francesa em 1848, fim definitivo do feudalismo, a preocupação agora era de dividir o poder com toda a classe burguesa que agora passou a ser formado por diferentes grupos.

Em meio às revoluções surgiu a classe operária como principal antagonista da burguesia que precisou definir maneiras de impedir que o operariado tivesse acesso às liberdades políticas alcançadas por ela. No entanto, as massas populares conquistaram direitos importantes da cidadania entre o século XIX e XX, entre eles o direito ao voto, além do direito de associação, onde foi possível se organizar sindicatos, partidos e outros.

Segundo Hinkelammert (1995 *apud* ACANDA, 2006, p. 168),

> Surgiu, ao lado das empresas privadas, um grande número de organizações populares, principalmente sindicatos e cooperativas, as

> quais se exprimem politicamente nos partidos socialistas, que pressionam pelo voto universal. A sociedade civil deixa de ser o espaço de uma única classe, uma vez que aparecem agora outras classes organizadas. Em seu seio brota um conflito, que é, antes de mais nada, um conflito de classes.

Com a passagem da fase mercantil para a industrial do capitalismo surgiu a compra e venda de força de trabalho assalariado que passou a ser o contratual. Sendo assim, agora estão frente a frente o burguês como contratante e o operário como contratado em uma relação histórica de antagonismo.

A classe operária demonstrou forte ameaça aos capitalistas ao se organizarem como associações inéditas que obrigaram o Estado a mediar essa relação e cumprir uma legislação trabalhista. Foi necessário então que a burguesia definisse nova estrutura para o seu "padrão de hegemonia".

A burguesia não poderia mais impor seu poder descaradamente, o Estado não poderia mais ser visto apenas como um "comitê administrativo" da burguesia, a estratégia passou a ser a ampliação do que se compreendia a sociedade civil com a politização de espaços antes considerados privados. Grupos e entidades até então ignorados passaram a ser foco de interesse.

"Os limites entre o público e privado, e os papéis políticos, econômicos e sociais deixaram de constituir fronteiras, passando a ser zonas de interseção entre o Estado e as organizações sociais" (PORTANTIERO, 1987 *apud* ACANDA, 2006, p. 170). Segundo Hobsbauwm (1981) "Gramsci não entendeu o domínio burguês apenas como uma imposição, mas percebeu a capacidade dessa classe estabelecer e preservar sua liderança intelectual e moral mais para dirigir do que para obrigar".

É nesse contexto que os ideais liberais ganharam força onde o poder político atuou fortemente no campo econômico, mas a atuação do "Estado guarda-noturno" como prometido pela ideologia liberal não passou de falácia, pois o que de fato ocorreu no liberalismo e tem ocorrido no neoliberalismo é a intromissão do Estado inclusive na esfera civil com o objetivo de impedir e limitar a manifestação e constituição de entes coletivos que possam prejudicar o domínio capitalista. Segundo (ACANDA, 2006, p. 186),

> A necessidade de reestruturar o atual sistema de relações sociais é um fato evidente para todos. As ideologias da modernidade clássica colocam em primeiro plano, como centro organizador da totalidade da vida social, uma destas duas instituições totalizadoras e homogeinizadoras: o mercado ou o Estado. O neoliberalismo nos

> propõe o modelo do mercado, que implica um projeto moral e cultural caracterizado pela expropriação do espaço público e pela privatização da vida.

Em todos os períodos de transição de regimes econômicos o Estado esteve realizando intervenções sempre em busca de manter a classe capitalista em pleno funcionamento, eventualmente impedindo seu fracasso total. Enquanto que, na maior parte das vezes os direitos e benefícios conquistados com muito esforço pelo operariado são abdicados para a manutenção do funcionamento do mercado. Por esse motivo, segundo (Idem, 2006, p. 138),

> A relação de Marx com o liberalismo não foi simples negação niilista, mas de crítica e superação democrática (no sentido hegeliano de *aufheben*) dos momentos de liberdades negativas individuais e de limitação do poder do Estado. A diferença radical entre essas concepções reside em que, para o liberalismo, a sociedade civil é impensável sem o Estado e deve manter-se separada dele (justamente porque é concebida como sociedade civil burguesa, baseada na exploração), enquanto para Marx a desalienação da sociedade civil deve levar à extinção do Estado, extinção que é entendida como recuperação pela sociedade dos poderes alienados por aquele.

Dessa forma, “a liberdade consiste em transformar o Estado de órgão acima da sociedade num órgão completamente subordinado a ela” (MARX, 1964, p. 25). A busca para reparação da sociedade é em eliminar por completo sua alienação. Para tanto, segundo Acanda (2006, p. 138), a busca não deve ser orientada para uma nova forma de Estado, mas para sua eliminação gradual e progressiva, a fim de entregar o poder para uma sociedade que não seja a burguesa, pois ainda segundo o autor,

> A burguesia é um sujeito social excludente e egocêntrico, que só pode existir enquanto mantiver todos os demais grupos sociais no papel de simples sustentáculo de seu modo de apropriação – material e espiritual – da realidade. A sociedade civil faz parte do aparato de dominação, mas é também seu mais poderoso antagonista.

A diversidade contina da formação da sociedade civil, constituída por diferentes grupos com interesses muitas vezes divergentes se torna um desafio para o grupo dominante. Segundo Acanda (2006, p. 189), “A habilidade do grupo que detém o poder não reside em tentar impedir as manifestações dessa diversidade, e sim em cooptá-las para seu projeto global de construção da trama social. Gramsci chama de hegemonia”.

A leitura desse capítulo bem como a compreensão dos conceitos discutidos até aqui é fundamental para o desenvolvimento de uma visão crítica

a respeito da atuação global do Estado diante das relações capitalistas principalmente no aspecto econômico. Essa contextualização é de suma importância para analisar o papel do SEBRAE como representante do Governo diante da complexidade da sociedade civil e a transformação do sujeito trabalhador em empreendedor.

2.2 - Passagem do Mercantilismo para o Liberalismo

O mercantilismo é a base do pensamento desenvolvimentista tanto no Brasil como na América Latina. Segundo Gonçalves (2012), entre o século XVI e XVII houveram profundas mudanças devido a transição entre o feudalismo e o capitalismo. Nesse período foi observado o predomínio do capital mercantil em relação ao capital industrial. O autor ainda destaca que:

> O mercantilismo envolve diretrizes estratégicas claras e tem características marcantes: papel decisivo do Estado (forte intervencionismo); Estado absolutista (Estado dominador — hobbesiano); 3 relações orgânica entre o poder do Estado nacional e a riqueza dos produtores e mercadores; e uso ativo da tributação e do endividamento público para acumulação de riqueza e geração de poder. No que se refere ao desenvolvimento econômico, a concepção mercantilista enfatiza o comércio exterior. (Idem, 2012, p. 641)

Esse fundamento foi superado pelo liberalismo. Seu principal defensor foi o filósofo e economista britânico Adam Smith. Ele concorda com o pensamento mercantilista que “o principal objetivo da economia política de todo o país é o aumento da riqueza e do poder desse país” (SMITH, 1776, p. 352), todavia, propõe como principal mudança a não intervenção do Estado na economia.

Nesse contexto, os economistas liberais têm como foco principal o ponto de encontro entre os interesses individuais e coletivos que, para eles, atua como uma “mão invisível” no mercado, ou seja, o livre-comércio garante que o mercado e seu jogo de interesses causem uma interferência natural na economia através da oferta e demanda sem intervenção do Estado que passa a se posicionar apenas como um mediador da situação.

Para Smith, a “mão invisível” ocorre, pois apesar de cada indivíduo está em busca de sua própria vantagem e não de defender o interesse público, ao

buscar ampliar cada vez mais seus ganhos ele é conduzido a promover esse resultado mesmo não fazendo parte do seu objetivo inicial. (OTTESON, 2019).

Dessa maneira, Smith (2003, p. 19) explica que:

> Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Apelamos não à humanidade, mas ao amor-próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter.

Assim, naturalmente o dono de um restaurante oferta refeições não na intenção de saciar a fome das pessoas, mas de satisfazer sua própria necessidade de, por exemplo, pagar por uma boa moradia, uma boa educação para os filhos, ter acesso a serviços de qualidade etc. Essa lógica se replica na vida dos seus empregados, fornecedores, clientes e de toda a sociedade.

Dessa forma, no livre-comércio, as pessoas irão cooperar entre si, mesmo que não seja seu próprio interesse, pois precisam ofertar produtos/serviços que agradem outras pessoas e dessa forma conseguir dinheiro em troca para satisfazer seus próprios desejos.

Vale ressaltar que à luz do liberalismo a influência do Estado é conveniente apenas em alguns casos, são eles:

> Intervenção estatal no comércio exterior: ameaça à segurança nacional; equalização tributária para bens domésticos e importados; retaliação no caso de barreiras comerciais injustas; e liberação comercial gradual tendo em vista ajustes estruturais. Também defendia: gastos governamentais em educação e infraestrutura; política fiscal ativa com efeito distributivo; e uso de regulamentação, particularmente, no setor financeiro para controlar o que ele denominou os “efeitos do egoísmo” via fixação da taxa de juro e regulamentação financeira. (SMITH *apud* GONÇALVES 2012, p. 645)

Moreira ([202-]) afirma que esse modelo econômico liberal ganhou força principalmente ao projetar os Estados Unidos como potência após a Primeira Grande Guerra. A expressão originada na época “*American Way of Life*” (Modo de Vida Americano) caracteriza um país que tomou a posição na hegemonia política, econômica e militar de todo o mundo e deu condições invejáveis de vida para seus cidadãos.

O sucesso econômico do país se deve à sua atuação durante a guerra. Ele era responsável pelo abastecimento dos países que estavam em conflito. Dessa forma, suas indústrias ganharam grande vantagem. Após a guerra, as fábricas continuaram no mesmo ritmo de produtividade e lucratividade e por esse

motivo as ações estavam valorizadas, mas em 1929 houve uma grande crise. Segundo Moreira ([202-]) Os principais motivos da “Grande Depressão”, como ficou conhecida, foram:

a. A superprodução agrícola: Enquanto os Estados Unidos aprimoravam suas técnicas que aceleravam sua produção e barateavam seus produtos, a Europa, até então devastada pela guerra, se recuperava. Assim, houve um excedente de produção agrícola já que a Europa não dependia mais do fornecimento desses produtos.

b. A diminuição do consumo: Os Estados Unidos buscava se isolar do mercado internacional e produzia principalmente para seu próprio mercado, no entanto, a produtividade das indústrias era cada vez maior, mas o poder aquisitivo da população não acompanhava o avanço e boa parte do que era produzido não era consumido. Além disso, com o avanço da tecnologia na área rural, menos trabalhadores eram necessários o que aumentou o desemprego e consequentemente diminuiu o consumo.

c. O *crack* da bolsa de Nova York: O Mercado de Ações estava cada vez mais valorizado. Muitas pessoas contraiam empréstimos para comprar ações já que acreditavam que estariam cada vez mais valorizadas. Os empréstimos eram incentivados pela economia, pois dessa forma o consumo interno era estimulado em detrimento do mercado internacional. Quando os bancos começaram a falir a principal estratégia foi subir os juros das ações. Apesar da tentativa, não foi possível evitar a quebra do sistema o que trouxe não só problemas financeiros, mas também sociais e humanitários como desemprego, migração, desigualdade e pobreza. Para Paniago (2012, p. 3):

> Durante algumas décadas foi possível manter as altas taxas de crescimento da economia, a expansão do consumo estimulado pela produção em massa e a valorização da força de trabalho e de seu poder aquisitivo. No entanto, essa expansão da produção e da realização do capital encontrou duas barreiras intransponíveis: esgotamento da ocupação de novos territórios e mercados, e a saturação da capacidade de consumo naquela escala e intensidade. Novas contradições se recolocam, pois, uma vez que se buscou o aumento da produtividade por meio do uso mais intenso da tecnologia, o efeito imediato foi a redução da demanda por força de trabalho. Ao mesmo tempo em que há um aumento da produção ocorre a eliminação dos potenciais consumidores e um excesso de capitais acumulados, tendo como efeito a crise de superprodução.

Dessa forma, o liberalismo econômico apresentou contradições profundas no capitalismo que teve como resultado uma crise iniciada nos Estados Unidos que afetou o mundo inteiro. Mészáros (2011) afirma que apesar de seus principais defensores almejarem frequentemente uma superação dessas crises, elas, independentemente de sua intensidade ou durabilidade, é a maneira cruel de o capitalismo estender sua operação e dominação superando suas barreiras imediatas, ou seja, é uma forma natural de sobrevivência e renovação do capital.

Segundo Campos (2001 *apud* GOMES, p. 2012),

> A depressão, iniciada em 1929, tinha gerado uma queda continuada do PIB (1930:- 8,6%; 1931: -6,4%; 1932': -13%; 1933: -1,4). Essa crise foi resultado de uma acumulação excessiva de capitais, verificada principalmente nos setores de duráveis dos Estados Unidos, quando a produção de carros, que no início dos anos 1920 era de 2,7 milhões, alcançou a fantástica cifra de 5,3 milhões de unidades em 1929. Com a contração da lucratividade desse setor, o dinheiro foi procurar lucro nas bolsas.

No ano de 1929 o desemprego que afligia 3% da força de trabalho, passou para 6,3% em 1930 e atingiu a marca de 30,5%, quase 12 milhões de trabalhadores, em 1933. (LIMONCIC, 2003).

2.3 - Passagem do Liberalismo para o Keynesianismo.

Na tentativa de contornar os problemas causados ao capitalismo pela crise, o Presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt, com mandato de 4 de março de 1933 a 12 de abril de 1945, influenciado pelas ideias de Keynes[7] implementou o *New Deal.* Segundo Cohen (1990 *apud* ONOFRE, 2019),

> O New Deal foi obra dos indivíduos que por toda a nação responderam à Grande Depressão com greves, protestos e outras iniciativas políticas em favor de uma nova postura do Estado, pressionando assim Washington a rejeitar o programa econômico do capitalismo de laissez-faire então vigente.

Para Keynes (1983), o capitalismo era interessante para a sociedade e precisava se reestabelecer, no entanto, era contrário ao liberalismo econômico, principalmente no que diz respeito à não intervenção do Estado. Ele defendia a

[7] John Maynard Keynes (1883 – 1946) foi um economista britânico que publicou em 1936 a sua obra "Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro" (TG) que teve influência determinante no pensamento económico até aos nossos dias. (DONÁRIO; e SANTOS, 2016, p. 3)

ideia de que a solução para a crise seria o aumento do consumo através do aumento das dívidas públicas por meio do investimento do Estado em grandes obras como, por exemplo, pontes, geração de energia e habitação além de saúde, educação e segurança. Dessa forma, o Governo garantiria a demanda para os produtos e serviços ofertados.

Segundo Limoncic (2003, p. 140),

> Analiticamente, o *New Deal* pode ser dividido em quatro dimensões: a relativa a reformas econômicas e à regulação de setores da economia, a que se refere a medidas emergenciais, a que diz respeito a transformações culturais, e, por último, a referente à nova pactuação política entre o Estado e atores sociais até então largamente alijados da esfera pública, formando a chamada coalizão do *New Deal.*

De acordo com o mesmo autor, o Estado buscou maneiras de intervir na economia. Uma de suas estratégias mais polêmicas foi a criação do *Agricultural Adjustment Act* (AAA). O problema do setor agrícola até então era a superprodução com o mercado consumidor limitado, o que deixava o preço dos produtos baixos e, portanto, baixa remuneração. Assim, a ideia seria o Estado subsidiar os agricultores para produzir menos e assim aumentar o preço dos produtos agrícolas o que resultaria em melhores remunerações para o setor.

O AAA foi encerrado em 1936 o que deu início ao *Soil Conservation and Domestic Allotment Altc* que teve o objetivo de alavancar o preço dos produtos agrícolas a partir do pagamento dos agricultores para que melhorassem a qualidade do solo a partir de uma produção limitada. O programa foi encerrado em 1938 quando foi lançado o segundo AAA que manteve a proposta de melhorar o solo, mas implementou outras medidas para impedir a superprodução.

Através do *New Deal*, o Estado buscou garantir também o bem estar. O *Civilian Conservation Corps* (CCC), por exemplo, teve o objetivo de proporcionar emprego e renda a milhares de americanos. Em 1930, os problemas resultantes da depressão se uniram a outros incitados por grandes tempestades de areia provocadas pela erosão do solo. Assim, o CCC contratou jovens desempregados para atuarem em mais de 2.500 campos do país. Segundo Limoncic (2003, p. 141), o CCC atuou com:

> restauração de sítios históricos, construção de instalações em parques nacionais, preservação da vida selvagem, limpeza e restauração de reservatórios de água, combate a incêndios, programas de

> conservação do solo e reflorestamento. Em seus 9 anos de existência, o CCC planto u mais de 2 bilhões de árvores, dos quais 200 milhões em solos recuperados, e ensinou a mais de 35 mil jovens a ler e escrever e a mais de 3 milhões algumas profissão.

Até então o bem estar era promovido apenas por entidades filantrópicas. Essa mudança na atuação do Estado incomodou membros do Partido Republicado que passou a atacar Roosevelt, acusando-o principalmente de desperdiçar o recurso público e de tornar os americanos dependentes do governo federal. (STEELE, 1935 *apud* LIMONCIC, 2003).

Com o avanço do Keynesianismo a cultura americana também sofreu grandes influências. A arte, por exemplo, passou a representar o "homem comum, os trabalhadores ruais, as lutas sindicais, os indivíduos, os índios, os hispânicos e os negros" (LIMONCIC, 2003, p. 145). A defesa do indivíduo como vítima do Estado deu lugar a uma conciliação. Até os atores coletivos, como os sindicatos passaram a ser parceiros do Estado, mesmo causando desconforto para setores conservadores.

Ainda que de forma limitada e até desigual, houveram avanços na incorporação de segmentos que até então eram marginalizados como as mulheres, os negros e os imigrantes. "Quase 20 anos após o advento do *New Deal*, ele ainda era sentido como o momento em que o Estado se preocupou e cuidava de seus cidadãos, principalmente com os mais pobres e humildes, inclusive os judeus". (LIMONCIC, 2003, p. 145).

Através das estratégias keynesianas adotadas estrategicamente por Roosevelt na construção do *New Deal* a política econômica americana estava em constante desenvolvimento inclusive durante a Segunda Guerra Mundial. Para Pedrosa (1965 *apud* por GOMES, 2012, p. 92),

> a aproximação da Guerra transformou o *New Deal* de Roosevelt, sobretudo de natureza social interna, em *War Deal*, ou novo trato do Estado dos EUA com os capitais privados em favor das mobilizações e da condução da guerra, "Mas desta vez sem recurso a capitais privados próprios, e sim do Estado". Os gastos militares e a estatização de grande parte daquela economia impulsionaram o crescimento em 105% em apenas seis anos do seu PIB. Essa modalidade de intervenção não só eliminou os efeitos da grande depressão como criou as bases para a hegemonia daquele país e de sua moeda no pós segunda guerra. O restabelecimento do processo de acumulação mundial no pós guerra contribuiu, também, para a proclamação do Keynesianismo como determinantes daquela expansão. Criava-se a ideia de que Keynes era a saída permanente. Da mesma forma, todos viraram Keynesianos, todos viraram anti Keynesianos nos anos 80.

Segundo Mattick (1975, p. 325), encontrou-se a falsa solução do enfrentamento definitivo das contradições capitalistas. Segundo Gomes (2012), os limites do Keynesianismo estavam na contradição de características indissociáveis da acumulação de capital, como o aumento da taxa de lucro e extração e reinvestimento da mais valia. Pois, nesse caso o reinvestimento é feito pelo Estado que "supera negativamente o caráter parasitário da propriedade privada" (GOMES, 2012, p. 92).

Em outras palavras, parte do mais valia, que deveria ser retirado da produtividade da indústria é coberta por interferência do Estado, no entanto, parte do valor do lucro do capitalista é usado para outros investimentos, como por exemplo, compra de títulos públicos. Nesse caso, o capital não é reinvestido em sua totalidade e o ciclo se repete com nova intervenção do Estado e a falha no reinvestimento. Segundo Xavier, (1995 *apud* Gomes, 2012, p. 92),

> Este movimento deve-se ao fato de que, no primeiro momento, o Estado supera negativamente o elevado parasitismo privado, recriando as condições do investimento privado. Todavia, no momento seguinte a reconversão da mais valia não se efetiva, amplificando ainda mais o montante de capital inativo que busca remuneração rentista, pois, quanto mais reconverte capital inativo em produtivo, mais capital inativo será gerado em seguida, já que a iniciativa privada não reconverte sua riqueza por sua conta e risco. O não reinvestimento produtivo da riqueza privada agrava ainda mais as contradições do capitalismo.

Dessa forma, a intervenção do Estado só aumentou a dívida pública que se agravava constantemente, pois "no momento seguinte impulsiona a taxa de juros, atraindo parte da riqueza privada para a atividade rentista, ou seja, a política keynesiana é o embrião para uma nova fase de rentismo" (GOMES, 2012, p. 93), ou seja um novo caminho para a crise.

2.4 - Passagem do Keynesianismo para o Neoliberalismo.

A partir de 1970 os sinais de fracasso começaram a surgir. Em 1073, a crise do petróleo desestabilizou a economia americana até então considerada inabalável. Daí em diante as crises se tornaram cada vez mais frequentes como exemplo as recessões de 1974-1976, 1980 – 1981 e 1991 e a crise das bolsas mundiais de 2000 a 2002.

Os países da América Latina no período de 1980 a 1989 demonstraram vivenciar um momento de profundo colapso. A renda por habitante caiu 8,3%. A inflação média de seus países subiu de 54,9% para 1.157,6% e a taxa de investimento em relação ao PIB caiu de 24,2% para 16,2%. (BRESSER-PEREIRA, 1991). Assim, tanto os Estados Unidos quanto os países da América Latina passavam por crises econômicas. Todavia, o primeiro buscou desenvolver estratégias para recuperação de todos. Segundo Cano (2000, *apud* CANO, 2009, p. 606), se tratou de um golpe de mestre:

> Mas o golpe de mestre dado pelos EUA em fins de 1979, elevando sobremodo a taxa de juros quebrou financeiramente os países subdesenvolvidos e alguns socialistas. Ingressávamos, assim, na torturante década de 1980 – a da “Crise da Dívida”, com alta inflação e estagnação produtiva e tecnológica. Mas o pior estava por vir: as reformas neoliberais impostas pelos EUA a partir de fins da década de 1980. A própria adesão à OMC e ao neoliberalismo reduziu ou mesmo eliminou os poucos graus de liberdade que tínhamos em termos de tarifas protecionistas, acordos bilaterais, controles sobre capital forâneo, câmbio, etc

Asssim, a América Latina que já estava com problemas com a dívida externa precisou lidar com o aumento da taxa de juros por parte dos Estados Unidos. Devido à essa situação caótica, de acordo com Batista (1994, p. 5),

> Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened*?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. As conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington".

O encontro foi influenciado por um artigo escrito por um economista representante do *Institute for International Economics* chamado Williamson. Apesar de a reunião não ter caráter formal e deliberativo e sim acadêmico, mas serviu de subsídio para as ações de entidades importantes nas reformas necessárias para implementação do novo estilo econômico, o neoliberalismo.

Ao levantar os principais pontos apresentados como problemáticas do antigo modelo assumido pelos países latino-americanos, o keynesianismo, segundo Bresser-Pereira (1991, p. 6), os principais pontos diagnosticados pelo consenso foram:

> a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público.

Ainda segundo o autor fica claro que o consenso não se refere ao fator histórico da dívida externa, ou mais amplamente, pública e define com base nas principais problemáticas levantadas, dez reformas necessárias para o reestabelecimento do sistema de acumulação em cada um dos países da América Latina, são elas,

> a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro. (WILLIAMSON, 1990 *apud* BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6),

Para Batista (1994), os países latino americanos foram culpados pelo próprio fracasso como se a crise fosse resultado apenas de problemas internos como equivocadas políticas nacionalistas desconsiderando problemas externos, por exemplo, a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio e outros. A condição para que esses países negociassem suas dívidas seria a implementação das reformas neoliberalistas impostas pelo Consenso de Washington.

Nesse contexto, torna-se necessário conceituar o neoliberalismo. Segundo Harvey (2008, p. 27),

> Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação de capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em

> conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem, além disso, que quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis.

Assim, o neoliberalismo não teve o papel de disseminar a riqueza pelo mundo e minimizar a pobreza, mas sim de fortalecer a riqueza de algumas nações em detrimento de outras, inclusive criando uma nova elite econômica.

> O programa neoliberal tende assim a favorecer globalmente a ruptura entre a economia e as realidades sociais, e a construir desse mundo, na realidade, um sistema econômico ajustado à descrição teórica, isto é, uma espécie de máquina lógica, que se apresenta como uma cadeia de constrangimentos enredando os agentes econômicos (Bourdieu, 1998: 138)

Por conseguinte, a retirada dos direitos sociais para favorecer a acumulação capitalista lembra o que Marx descreve em sua teoria sobre acumulação primitiva como ações predatórias de expropriação de organizações sociais ainda não capitalistas através da coerção e cooptação para transformação dessas em fontes de lucro.

Harvey (2003), acrescentou aos conceitos de Marx a forma que o capitalismo lida com os limites territoriais e políticos para uma reprodução expandida do capital, dessa forma trouxe um novo conceito denominado de “acumulação por espoliação”.

Dessa maneira, segundo Sibemberg (2015, p. 7), “os Estados nacionais assumiram novas posturas diante de suas populações, com a desregulamentação das leis trabalhistas e a reorientação de suas funções primordiais, desmontando-se progressivamente os sistemas públicos de proteção social”.

Segundo Harvey (2008 *apud* ANDRADE, 2015, p. 222), os mecanismos de acumulação do capital não são mais os mesmos identificados por Marx. Atualmente o capitalismo utiliza os seguintes métodos:

> 1. Privatização e mercadização. Trata-se da transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe, abrindo-os à acumulação capitalista, como nos casos da utilidade pública (água, telecomunicações e transporte), dos benefícios sociais (habitação social, educação, assistência à saúde e pensões), das instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa e presídios), das formas culturais (turismo e música), dos bens comuns ambientais globais (terra, ar e água), dos direitos de propriedade

> intelectual (patente de materiais genéticos e biopirataria) e dos direitos de propriedade comum (direitos à aposentadoria estatal, ao bem-estar social e a um sistema nacional de saúde).
> 2. Financialização. Característica marcada pelo estilo especulativo e predatório, ou por operações fraudulentas e pela dilapidação e transferência de recursos via inflação, fusões e aquisições, endividamento de famílias e do Estado, comissões sobre transações supérfluas, contabilidade criativa e ataques especulativos realizados por fundos de derivativos e grandes instituições financeiras.
> 3. Administração e manipulação de crises. Crises orquestradas, administradas e controladas pelo complexo formado pelo Tesouro dos Estados Unidos, por Wall Street e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que lançam a rede da dívida como forma de transferir a riqueza dos países pobres para os países ricos.
> 4. Redistribuições via Estado. Uma vez neoliberalizado, o Estado contribui para reverter o fluxo redistributivo em direção das classes altas, realizando privatizações, códigos tributários regressivos, subsídios e isenções fiscais a pessoas jurídicas e direcionamento de verbas públicas para beneficiar grandes corporações.

O que se vê é a repetição do liberalismo com mecanismos novos de acumulação do capital. Nesse formato atualizado, o Estado tem o papel fundamental de garantir a lucratividade dos capitalistas em detrimento do bem-estar social. A classe trabalhadora é uma das mais prejudicadas principalmente com a repressão dos sindicatos e a precarização das leis trabalhistas.

Segundo Harvey (2008 *apud* ANDRADE, 2015, p. 224),

> O Estado joga um papel decisivo no neoliberalismo. O ímpeto de restauração do poder de classe distorce na prática a teoria do Estado mínimo. A criação de um clima favorável aos negócios e aos investimentos, a difusão financeira, o papel de garantidor de última instância de grandes instituições financeiras, a transferência dos prejuízos privados para as contas públicas, a repressão dos sindicatos, a precarização das leis trabalhistas, a redução de gastos sociais, a difusão de políticas públicas de responsabilização individual, a ação repressiva da polícia e do judiciário os privilégios concedidos a grandes corporações, a delegação ao setor privado da formulação de leis, das estruturas regulatórias, das políticas públicas e a promoção de parcerias público-privadas, nas quais o Estado assume os riscos enquanto as empresas ficam com os ganhos, são alguns dos exemplos de práticas estatais neoliberais que se colocam do lado dos interesses capitalistas em detrimento dos direitos coletivos dos trabalhadores, do bem-estar da população e da proteção ambiental.

Em vista disso, a busca por lucratividade é constante, no entanto, “o lucro não se converte em crescimento, pois não é investido produtivamente, mas especulativamente, o que apenas promove transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos” (Anderson, 1995; Harvey, 2008; Duménil & Lévy, 2014 *apud* ANDRADE, 2015. p. 224).

Vale ressaltar que assim como não há busca pelo compartilhamento igualitário de riquezas entre as classes dentro de um país também não há entre

nações. Na lógica do “neoimperialismo[8]” os Estados Unidos tem ganhado força se mantendo na liderança do capitalismo usufruindo dos benefícios extraídos dos países periféricos como os da América Latina. Segundo Evans (2011, p. 29),

> O modelo de capitalismo conduzido pelas finanças, que se desenvolveu nos Estados Unidos a partir da década de 1980 e na Europa continental a partir de 1990, serviu de base para um padrão de crescimento precário, muito dependente da expansão do crédito, e para o aparecimento de bolhas nos preços dos ativos. A intervenção do Banco Central permitiu sustentar o crescimento nos Estados Unidos toda vez que ele caiu, mas à custa da acumulação de contradições cada vez maiores. Como os bancos europeus, aparentemente, investiram em títulos altamente lucrativos dos Estados Unidos, também se tornaram envolvidos nestas contradições. Quando a crise começou em 2007-2008, os governos pareceram reconhecer a necessidade de uma ampla reforma financeira, mas uma vez que a ameaça de colapso diminuiu, eles se voltaram, essencialmente, para as mesmas políticas que falharam de forma tão dramática.

Dessa maneira, assim como no liberalismo, sua nova versão tem se direcionado para efeitos negativos bem parecidos com sua primeira.

Os Estados Unidos já haviam passado recentemente pelo estouro da bolsa da Tecnologia da Informação em 2002 seguido de uma profunda depressão em 2001 onde os prejuízos foram desfeitos através da intervenção *do Federal Reserve* que implementou uma política monetária altamente expansionista e baixa excepcional das taxas de juros, sua principal taxa caiu de 6,5% para 1% em 2003 e 2004.

Todavia, em 2002 a economia estadunidense iniciou um novo processo de expansão, agora por meio da valorização do mercado imobiliário. *Fannie Mae* e *Freddie Mac* bancos paraestatais protegidos pelo Estado que tinha o principal objetivo de garantir a liquidez do mercado imobiliário.

[8] O neoimperialismo trata-se de novas formas de imperialismo que se refere, segundo Duménil e Lévy (2007, p. 3), à capacidade dos países mais avançados de extrair lucros do resto do mundo. Também está em jogo aqui a estrutura da acumulação, já que países imperialistas exportam seus capitais; mas também podemos observar que outros países investem seus capitais nos países do Centro. Trata-se diretamente de violência nesse processo de domínio. A violência econômica simples toma a forma da abertura das fronteiras comerciais e financeiras entre países de níveis de desenvolvimento muito diferentes, com consequências desastrosas para muitos países menos avançados cuja mão-de-obra fica comparativamente cara; a dívida dos países menos desenvolvidos, no contexto de taxas de juros reais, até recentemente, elevadas, é uma manifestação de tais estruturas de exploração. Porém, a violência também assume suas formas tradicionais: aquelas da corrupção, da subversão golpista e da guerra. A esse respeito, o imperialismo tem que ser compreendido como um amplo conjunto de práticas econômicas, políticas, culturais, etc., e não pode ser reduzido a nenhum dos seus componentes isolados.

A principal estratégia adotada por esses bancos era usar dinheiro público para comprar as hipotecas do banco privado que forneceu o dinheiro para o cliente, assim, o governo garantia que o banco privado estivesse disponível novamente para conceder novos empréstimos. Esses empréstimos eram destinados também para famílias de baixa renda através das chapadas hipotecas *Subprime* (sistema de cotas).

Os bancos paraestatais transformaram essas hipotecas compradas por ele em títulos para vender para investidores de todo lugar do mundo. Com o aumento da demanda houve o aumento dos preços. O preço dos imóveis eram cada vez maiores e as pessoas passaram a hipotecar suas casas conseguindo empréstimos também maiores que eram usados para aumentar o consumo.

O mercado se adaptou a essa realidade. No entanto, essas pessoas estavam na expectativa de sempre conseguir empréstimos maiores para cobrir o anterior por meio da valorização do imóvel. Todavia, em 2006 a taxa de juros estava mais próxima do comum e surgiram os sinais de crise.

Os imóveis já não valiam mais o suficiente para cobrir as hipotecas e as pessoas não tinham mais como pagar. O grande problema que essas dívidas não pertenciam mais apenas aos Estados Unidos, mas a bancos por toda parte do mundo, já que os bancos americanos haviam vendido as hipotecas em forma de títulos para bancos de diversas parte do mundo. Essa crise de 2008 foi a maior do capitalismo desde a década de 1930.

Nesse contexto, as crises que deveriam ser ameaças para o capitalismo são encaradas como necessárias para o amadurecimento.

> a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com (ou ainda, reivindiquem a realização de exatamente isso. (MÉSZÁROS, 2011, p. 795)

Observa-se que na lógica do neoliberalismo o Estado deve intervir apenas quando grupos corporativos de interesse para a acumulação do capital são afetados e precisam de apoio, assim assumindo um papel corporativista. Fica claro que a cada grande crise os países capitalistas centrais reformulam a

doutrina econômica vigente na busca de salvar o capitalismo e de se manter no domínio global. Os autores Duménil e Lévy (2014) percebem que a grande crise de 2008 marca a transição para um novo regime de acumulação. Todavia, Mészáros (2009) destaca a necessidade de substituir não apenas o regime de acumulação, mas sim do próprio sistema metabólico do capital já que as crises não são mais cíclicas como ocorreu na transição de um regime econômico de acumulação para outro, mas sim contínuas, cumulativas e crônicas.

CAPÍTULO III – ESPECIFICIDADES DO MEI DA ÁREA ITAQUI-BACANGA DIANTE DA ATUAÇÃO DO SEBRAE.

3.1 – O Trabalhador Diante dos Modelos Produtivos.

A acumulação é característica indissociável do sistema capitalista, segundo Boltanski e Chiapello (2009), não se trata de acumulo de objetos, mas principalmente de lucro. Para Harvey (1992), definir mecanismos de controle da força de trabalho para o constante crescimento do capitalismo se torna fundamental. Segundo Ribeiro (2015), Apesar de outros economistas clássicos já terem algumas iniciativas, mas foi Frederick Winslow Taylor o primeiro economista a desenvolver métodos de gestão das atividades dos trabalhadores visando o aumento da lucratividade nas últimas décadas do século XIX. Segundo Taylor (1987, p. 35),

> O uso prático dos dados científicos requer uma sala em que são guardados os livros, notações dos rendimentos máximos e uma mesa para o planejador das tarefas. Assim, todo o trabalho feito pelo operário no sistema antigo, como resultado de sua experiência pessoal, deve ser necessariamente aplicado pela direção no novo sistema, de acordo com as leis da ciência, porquanto o trabalhador, ainda que bem habilitado na organização e uso dos dados científicos, estaria materialmente impossibilitado de trabalhar, ao mesmo tempo, na máquina e na mesa de planejamento. Está claro, então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro tipo diferente para executar o trabalho.

Os estudos de métodos de gerenciamento de Taylor tiveram foco a eficiência da produtividade principalmente por meio da avaliação e controle do tempo e movimento. O que de fato aconteceu foi a expropriação do saber do trabalhador e a intensificação do ritmo de trabalho e da exploração. Segundo, Pinto (2012, p. 136), “ao dividir o trabalho em gestos repetitivos e os distribuir em postos fixos, o taylorismo também já havia tornado desnecessário a busca por trabalhadores qualificados e até mesmo a necessidade de treinamentos mais longos”. Dessa forma, os trabalhadores de uma organização ao desempenhar atividades técnicas de baixa complexidade poderia ser substituídos a qualquer momento por outros sem afetar a produtividade e lucratividade. Segundo Souza (1992 *apud* PINTO, 2012, p. 137),

> O taylorismo/fordismo, desse modo, conjugando dois sistemas de organização e gestão da força de trabalho, intensificou a exploração da classe trabalhadora pelo capital, elevando a produtividade do trabalho e, por conseguinte, a massa de mais-valia, num processo que se iniciou especialmente no período entre as décadas de 1880-1890 e a Primeira Grande Guerra (1914-1918) e que caracterizou uma potencialização das forças produtivas capitalistas herdadas da Segunda Revolução Industrial, sob uma estrutura de concentração maior do capital industrial-financeiro.

Preocupado com a alta rotatividade de trabalhadores Henry Ford demitiu todos os que eram contrários aos seu estilo de gestão e em 1914 ofereceu cerca do dobro do salário para os demais. Todavia, em contrapartida não bastava ter aptidão para realizar as atividades da *Ford Motor Company*, era necessário comprovar que seguia um estilo de vida imposto pela empresa, pois a vida particular do trabalhador interessava a indústria já que o desregramento sexual, o alcoolismo, as drogas e outras problemáticas podem interferir diretamente a produtividade e desempenho.

Segundo Gramsci (1991), nada tem a ver com a manutenção da humanidade e espiritualidade do trabalhador, que nesse caso são completamente destruídas e descartadas. A humanidade assim como a espiritualidade só era possível quando ainda existia um laço entre a arte e o trabalho, que é exatamente o que o industrialismo quer aniquilar e o que torna o homem alienado da sua própria produção, já que as operações mentais e corporais são marcadas por tempos e movimentos alheios a sua vontade.

A partir do momento que a subordinação foi além da fábrica, atingindo inclusive a família do trabalhador, fazendo uma ligação entre o trabalho e a vida pessoal. “A família deixou de ser o elemento socializador básico, função que passa à fábrica [...] Introduz-se, nesse processo, tanto a coerção brutal quanto o prêmio”. (DIAS 1999 *apud* PINTO, 2012, p. 141). O trabalhador passou a ser disciplinado e ao mesmo tempo desmoralizado.

Ao transformar o trabalho humano em a maior das mercadorias, o assalariamento assumiu papel primordial, já que se colocou como a melhor forma de mascarar a desigualdade entre capital e trabalho. Dessa forma, a reprodução da força do trabalho por meio da via salarial sempre foi um mecanismo de persuasão política da classe trabalhadora pelas elites.

Para conquistar direitos, ainda que na maior parte das vezes baseados em ofícios e nas qualificações tradicionais, os trabalhadores se organizaram em

sindicatos, mas sofreram constantes ataques para a destruição dos saberes-fazeres pertinentes à classe trabalhadora para implantação da sociedade fordista, onde o Estado teve papel fundamental. Segundo Dias (1999 *apud* PINTO, 2012, p. 145),

> Paralelamente à experiência socialista, o Capitalismo viveu sua mais importante crise: a dos anos 30. Crise orgânica do Capital, ela viabilizou/tornou necessário um conjunto de medidas de contratendência que tratou de conduzir/reconduzir as classes trabalhadoras ao leito econômico-corporativo; implicou, ao mesmo tempo, na crise das formas estatais capitalistas, cristalizou-se na constituição de um bloco social que negava a forma clássica da sociabilidade capitalista e fez com que, no seu próprio campo, suas regras básicas de cidadania, de legalidade e legitimidade, fossem colocadas em dúvida (ver o nazismo, o fascismo, e outras formas ditatoriais). O capitalismo utilizou sem nenhum pudor ou constrangimento o nazismo e o fascismo como formas legítimas de imposição do seu projeto, de sua racionalidade. O fórceps fascista fez o parto do capitalismo fordista nas velhas economias européias. Embora isso possa chocar às belas almas, tanto o fascismo quanto a social-democracia foram vitais para a reconstrução do capitalismo.

Foi durante a implementação do Keynesianismo, diante do Bem-Estar Social, que os trabalhadores conseguiram maiores avanços em suas conquistas de direitos, já que o Estado foi extremamente intervencionista como demonstrado no capítulo anterior, todavia. os poucos, mas importantes direitos conquistados foram perdidos logo na próxima etapa do capitalismo.

A partir dos anos 1980 o Sistema Toyota de produção ganha importante relevância para os capitalistas, trata-se de um modelo de produção japonês que busca alavancar lucros por meio da minimização dos custos. Um dos grandes aliados desse modelo é o avanço tecnológico, que busca substituir trabalhadores por máquinas, e a flexibilização do trabalho. “Neste cenário, o trabalho no período toyotista é encarado como um bem extremamente valioso e desejado pela classe operária, porém escasso, o que configura terreno fértil para o desrespeito aos direitos trabalhistas e para a precarização das condições de labor” Porto (2016, p.8).

Solto Maior (2007, p. 83) afirma que “a regulação das relações de trabalho tem por objetivo conferir ao trabalhador condições dignas de trabalho e proporcionar-lhe uma melhor condição econômica e social”. Todavia, Rodrigues e Melo (2017) afirma que a Reforma Trabalhista implementada pelo projeto de Lei 13.467/2017 tem o propósito inverso, pois trata-se da redução de direitos do

trabalhador para facilitar a inserção deles num mercado onde o empregador se interessa apenas em alavancar lucros.

Uma das mudanças que a reforma trabalhista trouxe foi o trabalho intermitente que se trata da possibilidade de o empregador contratar o operário apenas quando ele achar necessário, deixando-o inseguro sobre quando terá atividade remunerada. Anterior a essa lei, exatamente em 2008, a Lei Complementar nº128 criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI) estabelecendo um regime jurídico para aqueles profissionais que atuavam por conta própria ou que queriam iniciar sendo reconhecido como pequenos empresários.

Na prática, o Microempreendedor desenvolve atividade de serventia aos grandes capitalistas, muitas vezes como prestadores de serviços ou apenas como complementariedade no processo de escoamento de produtos da indústria. A diferença é que nesse caso o capitalista não tem obrigação trabalhista com o operário, pois a contratação é realizada de empresa para empresa já que o trabalhador passa a ter um caráter jurídico, dessa forma, o MEI é uma forma de trabalho ainda mais precarizada.

3.2 - As Transformações Sociais na Área Itaqui-Bacanga

Para compreendermos sobre tal formação é preciso voltar um pouco no tempo. Por conta da dificuldade histórica de o Nordeste alcançar desenvolvimento econômico compatível ao do Sudeste brasileiro, desde 1960, o Brasil vinha investindo em ações planejadas para o desenvolvimento do Nordeste principalmente por meio da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Segundo Araújo (*apud* OTTATI, 2013, p. 72),

> a região nordestina passou a se modificar impulsionada pelos incentivos fiscais, investimentos das empresas estatais do porte da PETROBRÁS e Vale do Rio Doce, pelos créditos fornecidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), pelo BNB, e pelos recursos de empresas privadas locais, nacionais e internacionais.

O autor também afirma que a desconcentração produtiva com investimentos fora do Sudeste garantiu a utilização dos recursos naturais de outras regiões criando-se novos polos agroindustriais e industriais com foi o caso do complexo minero-metalúrgico e da produção de alumínio no Maranhão.

Todavia, assim como em todo o Nordeste, as ações da SUDENE estiveram focadas muito mais em modernização e aperfeiçoamento da infraestrutura industrial e pouco se preocupou com os impactos sociais, por esse motivo, ela não conseguiu corrigir o problema da desigualdade. (OTTATI, 2013)

Antes das ações da SUDENE o Maranhão era caracterizado pela produção principalmente de arroz por pequenos produtores e pela agricultura familiar, mas com a política de incentivos e abertura para outros investidores o Maranhão chegou na década de 1970 com a economia estagnada, com uma agricultura rudimentar, e com uma luta entre agricultores familiares e grandes pecuaristas e fazendeiros que resultou na grande concentração de terras nas mãos de poucos. De 1970 a 1980 o Maranhão seguiu as intenções da política nacional de explorar áreas ainda ociosas em busca de crescimento econômico.

Foi só a partir de 1980 que, “sob a nova estratégia capitalista com base na acumulação flexível e na concepção neoliberal, o Estado abriu suas portas para a instalação de grandes investimentos nacionais e multinacionais e adotou a prática de incentivos fiscais e facilidades creditícias” (OTTATI, 2013, p.86). Tais facilidades garantiram a entrada de vários grandes projetos, mas aqui trataremos sobre o Projeto Grande Carajás que foi implementado pela Vale do Rio do Doce (PGC) entre 1979 e 1986 e dos Projetos da Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão) implantado em 1980. (*Idem*, 2013)

Ainda segundo a autora, justificativa que o Governo deu sobre o investimento nos projetos foi a “de transformar economicamente o Estado através da implantação de um polo exportador e de proporcionar a inclusão social e desenvolvimento regional via geração de emprego e renda” (OTTATI, 2013, p.87). A promessa resultou na ampliação da população urbana e a redução da rural (*Idem*, 2013).

Contudo, o Projeto Grande Carajás trouxe profundas modificações ambientais, econômicas e sociais. Apesar da melhora considerável na infraestrutura e aumento do PIB a população, mais precisamente a inserida no corredor de exportação, teve como impacto negativo a transformação dos modos de sobrevivência. (*Idem*, 2013).

> Mesmo sem a pretensão de esgotar a complexidade do problema que envolve o Projeto Grande Carajás, é possível caracterizar que tais mudanças (econômicas, sociais e políticas) foram desencadeadas por uma industrialização desenvolvida às custas da exploração intensiva

> que produziu a expropriação e a desorganização do espaço da pequena produção maranhense acelerando os processos migratórios campo-cidade (BARGOSA, 2006, p. 52)

Com a Consórcio ALUMAR que é formado pelas empresas ALCOA, Rio Tinto Alcan e BHP Billiton, não foi diferente e tais problemas só se agravaram. Segundo English (1984, p. 55 *apud* COSTA, 2009, P. 76).

> Essa indústria ocupa 10 mil hectares de terras (6.500 ha de reserva e 3.500 há em uso) engolindo uma considerável fatia do território da ilha de São Luís, entra no mercado imobiliário e praticamente mobiliza a área do Distrito Industrial. Por outro lado, remove mais de 20 mil pessoas que viviam uma economia familiar, caracterizada por uma relação livre com o mercado local, e oferece apenas 2 mil a 2.500 empregos diretos. Quer dizer, esses empregos oferecidos não pagam as desvantagens econômicas das centenas de famílias obrigadas a abandonar suas terras, onde moravam, plantavam e se alimentavam com o mínimo de gastos. Além disso, esses empregos nada representam para uma população de 500 mil pessoas. Ora, como se vê, ao mesmo tempo em que cria empregos, a ALCOA os destrói em escala ampliada.

Vale ressaltar que o Grupo Especial de Trabalho da Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão (SEPLAN/MA) emitiu nota técnica desfavorável a implantação da ALCOA/Alumar, pois já sinalizava problemas relacionados a preservação do meio ambiente, comprometimento da água para população, perda de receita para o Estado, geração de desemprego e subemprego. Todavia, ainda assim, houve a implantação.

O autor ainda deixa claro que empresas multinacionais como a ALCOA realmente buscam espaços como a área Itaqui-Bacanga apenas para atividades de núcleo periférico e de exploração, pois as atividades de planejamento, pesquisa e desenvolvimento permanecem em seus países originais.

Assim, a população se torna a principal vítima das ações dos grandes projetos, pois acostumada a práticas econômicas tradicionais como agricultura, caça e pesca foram obrigadas e saírem do campo para a cidade.

Muitos daqueles que não foram absorvidos e capacitados pelos grandes projetos se mantiveram desqualificados e precisaram ir em busca de oportunidades de sobrevivência.

Segundo pesquisa de diagnóstico realizado pelo ICE-MA em pareceria com a EMAP e Prefeitura de São Luís (2012?) a área Itaqui-Bacanga, apesar de estar entre grandes Indústrias como Vale do Rio Doce e ALUMAR, é

caracterizada por uma grande pobreza o que presume um alto índice de desemprego que propicia a prática do MEI e da informalidade.

3.3 – As Especificidades do Microempreendedor da Área Itaqui-Bacanga.

A Prefeitura de São Luís junto ao SEBRAE desenvolve ações direcionadas ao fortalecimento do empreendedorismo na área Itaqui-Bacanga principalmente por meio da Sala do Empreendedor do Anjo da Guarda que busca orientar o operariado tanto a se formalizar como Microempreendedor Individual quanto na manutenção das burocracias exigidas pela categoria.

Figura 4 – Casa Brasil, Sala do Empreendedor do Bairro Anjo da Guarda.

Fonte: Portal do Governo do Estado do Maranhão[9]

Para uma melhor compreensão da pesquisa, é interessante fazer uma caracterização antecipada da disposição dos MEI no local estudado. Segundo dados da Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, em 2018 a área Itaqui Bacanga somava 5.999 Microempreendedores Individuais ativos distribuídos de forma desigual conforme apresentado abaixo na Tabela 4.

[9] Portal do Governo do Maranhão. Moradores se identificam com nova Agência para o trabalhador no Anjo da Guarda. Disponível em: < https://www3.ma.gov.br/moradores-se-identificam-com-nova-agencia-para-o-trabalhador-no-anjo-da-guarda/> Acesso em: março de 2022.

Tabela 4: Quantidade de MEI por Bairro da Área Itaqui Bacanga em 2018 em Ordem Decrescente

Bairro	**Quantidade de MEI**
Anjo da Guarda	1048
São Raimundo	796
Vila Embratel	760
Vila Nova	613
Cidade Nova	599
São Benedito	531
Cajueiro	208
Sa Viana	188
Vila São Luís	157
Vila Maranhão	151
Vila Isabel Cafeteira	130
Vila Bacanga	123
Vila Mauro Fecury II	94
Vila Isabel (Anjo Da Guarda)	88
Fumacê	73
Vila Ariri	67
Vila Mauro Fecury I	67
Residencial Paraiso	64
Gapara	54
São Raimundo (Anjo da Guarda)	50
Sol Nascente	31
Gancharia	27
Itaqui	15
Vila Dom Luís	12
Jambeiro	11
Porto Grande	9
Rio Dos Cachorros	9
Cariri	7
Alto da Esperança	6
Alto São Benedito	4
Alto do Sol Nascente	3
Vila Verde	3
Povoado São Mateus	1

Fonte: Elaboração Própria com Base em Dados da JUCEMA

Dessa forma, a distribuição de MEI em 2018 dentre os bairros da área Itaqui-Bacanga apresentou variação que vai do bairro com menor concentração de empreendedores com o Povoado São Mateus com apenas um e o Anjo da Guarda com 1.048. Ainda segundo a JUCEMA, no ano citado, as empresas do setor Comercial obteve o maior contingente de empresas da área com 54% do

total. As atividades mais comuns foram Varejo de Artigos de Vestuário e Acessórios, Minimercados e Varejo de Cosméticos e Perfumaria.

Segundo a Junta Comercial o número de microempreendedores desde 2018 na capital só cresceu a cada ano. Em 2018, o número de novos MEI foi de 6.431, em 2019 foi de 8.993, em 2020, ano da pandemia de COVID-19, o crescimento foi de 10.404 e em 2021 foi de 12.708. Segundo a Receita Federal, em 2018 eram 30.307 Microempreendedores ativos e em 2021 já se somavam 53.556, um crescimento de 43%.

Pesquisas e dados referentes a Microempreendedores da área Itaqui-Bacanga são escassas. A JUCEMA e a Receita Federal apresentam dados por unidade federativa e município, mas não por área ou bairro. Dessa forma, os dados mais recentes localizados a respeito do assunto foram os de 2018.

As informações apresentadas até aqui nos permitem quantificar as empresas na categoria de MEI atuantes na área Itaqui-Bacanga, mas nada diz a respeito das condições socioeconômicas dos Microempreendedores, como, por exemplo: condições de moradia; acesso à saúde; acesso à educação; e renda. Assim sendo, em busca de identificar tais condições, a amostra foi definida a partir do bairro com maior contingente de MEI do setor comercial a partir dos dados fornecidos pela JUCEMA em 2018. Portanto, o bairro foi: Anjo da Guarda.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro estruturado com oito perguntas. A amostra foi formada por 80 Microempreendedores Individuais ativos na área comercial do bairro do Anjo da Guarda que é formado por aproximadamente 460 MEI atuantes na área comercial.

Com base nos critérios mencionados, a amostragem foi feita escolhendo-se, ao acaso, Microempreendedores dispostos no portal de busca “empresasdobrasil.com”. O cartão CNPJ de cada empresa selecionada era consultado no portal da Receita Federal [10] com a finalidade de identificar os contatos de cada uma e de confirmar se estava adequada à categoria MEI.

Os Microempreendedores Individuais escolhidos foram contactados por telefone e responderam a oito perguntas relacionadas as temáticas: renda familiar; meios de transportes; condições de moradia; apoio do SEBRAE; acesso

[10] Portal da Receita Federal: < http://servicos.receita.fazenda.gov.br>

à educação; acesso à saúde; apoio do Governo; e comparação com o emprego anterior. A primeira pergunta realizada foi relacionada à renda familiar com o propósito de compreender o poder aquisitivo do entrevistado conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - O quanto o faturamento mensal do seu negócio contribui para a sua renda familiar?

Ordem	Respostas	Porcentagem
1	Faturamento mensal entre 3.900 até R$ 5.200,00 com renda familiar acima de R$ 6.000,00	50%
2	Faturamento mensal entre 2.600 até R$ 3.900 com renda familiar acima de R$ 6.000,00	30%
3	Faturamento mensal até R$ 2.600,00	20%

Fonte: De autoria própria

Sendo assim, o Discurso do Sujeito Coletivo, representado por 50% das respostas dadas pelos Microempreendedores Individuais quando questionados sobre a temática “contribuição para renda familiar” é: “A renda extraída do negócio é a principal da família, mas não é a única. Outras pessoas da minha família também contribuem. Ao todo a renda familiar supera R$ 6.000, 00”.

A segunda pergunta direcionada aos MEI, apresentada no Quadro 6, foi sobre o meio de transporte utilizado por ele e pela família e teve o objetivo de compreender sobre suas condições mínimas de conforto e qualidade de vida.

Quadro 6 - Como você avalia os meios de transportes utilizados por você e sua família?

Ordem	Respostas	Porcentagem
1	Nós utilizamos transporte próprio tanto a trabalho e compromissos quanto a passeio.	75%
2	Nós utilizamos transporte público e ocasionalmente contratamos taxis ou aplicativos de mobilidade.	25%

Fonte: De autoria própria

Portanto, o Discurso do Sujeito Coletivo, representado por 50% das respostas dadas pelos Microempreendedores Individuais quando questionados sobre a temática “meios de transportes” é: “Nós utilizamos transporte próprio tanto a trabalho e compromissos quanto a passeio”.

Na sequência, conforme Quadro 7, os Microempreendedores Individuais responderam sobre suas condições de moradia. O objetivo dessa pergunta também foi de compreender sobre suas condições mínimas de conforto e qualidade de vida.

Quadro 7 - Como você avalia as condições de moradia utilizadas por você e sua família?

Ordem	Respostas	Porcentagem
1	Tanto a moradia quanto o local onde está localizada são satisfatórios, no entanto, ainda vivemos de aluguel e ainda temos como objetivo a compra de uma casa.	76,25%
2	Tanto a moradia quanto o local onde está localizada são satisfatórios e já é propriedade da família.	23,75%

Fonte: De autoria própria

Dessa forma, o Discurso do Sujeito Coletivo, representado por 76,25% das respostas dadas pelos Microempreendedores Individuais quando questionados sobre a temática “moradia” é: “Tanto a moradia quanto o local onde está localizada são satisfatórios, no entanto, ainda vivemos de aluguel e ainda temos como objetivo a compra de uma casa”.

Em seguida, conforme Quadro 8, cada um respondeu sobre a forma que percebem a atuação e apoio do SEBRAE. A intenção foi verificar qual o consenso a respeito da imagem do SEBRAE diante da opinião do MEI.

Quadro 8 - De que forma o SEBRAE tem apoiado os MEI?

Ordem	Respostas	Porcentagem
1	Geralmente vejo o SEBRAE na mídia, mas tive pouco contato com a instituição, já me visitaram trazendo algumas orientações básicas de gestão, mas muito superficiais.	83,75%
2	Nunca tive acesso ao SEBRAE, mas não me interesso muito pelas orientações e consultorias destinados ao MEI.	16,75%

Fonte: De autoria própria

Nesse contexto, o Discurso do Sujeito Coletivo, representado por 83,75% das respostas dadas pelos Microempreendedores Individuais quando questionados sobre a temática “apoio do SEBRAE” é: “Geralmente vejo o SEBRAE na mídia, mas tive pouco contato com a instituição, já me visitaram trazendo algumas orientações básicas de gestão, mas muito superficiais”.

A próxima pergunta, como apresentado no Quadro 9, foi sobre o acesso à educação formal.

Quadro 9 - Como você avalia o seu nível de acesso e o da sua família à educação formal?

Ordem	Respostas	Porcentagem
1	Não tive tanta dificuldade, pois consegui realizar meu ensino superior em faculdade particular por meio de programa de assistencial do Governo.	46,25%
2	Tive alguma dificuldade, mas consegui realizar meu ensino superior em faculdade particular sem incentivo do Governo.	15%
3	Tive dificuldade, mas consegui concluir meu ensino superior em universidade pública.	8,75%
4	Consegui concluir até o ensino médio, mas agora tenho dificuldade de dar continuidade aos estudos por falta de disponibilidade.	30%

Fonte: De autoria própria

Assim, o Discurso do Sujeito Coletivo, representado por 46,25% das respostas dadas pelos Microempreendedores Individuais quando questionados sobre a temática “acesso à educação” é: “Não tive tanta dificuldade, consegui realizar meu ensino superior em faculdade particular por meio de programa de assistencial do Governo. O principal acesso dos membros da minha família à educação é por meio do ensino público”.

Em seguida a pergunta foi sobre o acesso à saúde e o foco foi investigar sobre como o MEI avalia seu acesso dentro de um de seus direitos básicos e de suma importância, assim como moradia e educação já questionados anteriormente. As respostas estão apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 - Como você avalia o seu nível de acesso e o da sua família à saúde?

Ordem	Respostas	Porcentagem
1	Eu e toda minha família só temos acesso ao Sistema Único de Saúde -SUS e hospitais públicos. Só vamos ao hospital em caso de urgência ou emergência.	50%
2	Eu e toda minha família temos plano de saúde para atendimento em redes de hospitais da iniciativa privada.	37,5%
3	Costumamos utilizar o Sistema Único de Saúde -SUS e em caso de exames de rotinas vamos em clinicas populares.	12,5%

Fonte: De autoria própria

Nesse caso, o Discurso do Sujeito Coletivo, representado por 50%% das respostas dadas pelos Microempreendedores Individuais quando questionados sobre a temática “acesso à saúde” é: “Eu e toda minha família só temos acesso

ao Sistema Único de Saúde e hospitais públicos. Só vamos ao hospital em caso de urgência ou emergência".

A penúltima pergunta foi sobre a percepção que o MEI tem a respeito da atuação do Governo. A intenção foi verificar qual sua posição diante da sociedade atual. As respostas podem ser consultadas no Quadro 11.

Quadro 11 - Como você avalia a atuação do Governo diante das necessidades dos MEI?

Ordem	Respostas	Porcentagem
1	Não percebo o Governo atuando de forma favorável aos MEI. Ainda as facilidades de acesso ao crédito prometidas durante a formalização não acontecem a contento.	88,75%
2	Ocasionalmente o Governo apoia os MEI, principalmente por meio de facilidades de crédito e benefícios como direito a aposentadoria, afastamento remunerado, pensão e outros.	11,25%

Fonte: De autoria própria

Dessa vez, o Discurso do Sujeito Coletivo, representado por 76,25% das respostas dadas pelos Microempreendedores Individuais quando questionados sobre a temática "atuação do Governo" é: "Não percebo o Governo atuando de forma favorável aos MEI. Ainda as facilidades de acesso ao crédito prometidas durante a formalização não acontecem a contento".

Para finalizar foi pedido para cada um dos entrevistados fazer uma avaliação das condições atuais na condição de empreendedor e seu emprego anterior.

Quadro 12 - Como você avalia as suas condições atuais comparadas ao seu emprego anterior?

Ordem	Respostas	Porcentagem
1	O emprego anterior me trazia mais estabilidade financeira, já que o salário mensal era garantido, no entanto, meu nível de satisfação como MEI é maior já que com empenho consigo ter uma renda superior que do antigo emprego além de ter mais liberdade e tempo.	93,75%
2	Eu prefiro meu emprego anterior por conta da estabilidade financeira.	6,25%

Fonte: De autoria própria

Sendo assim, o Discurso do Sujeito Coletivo, representado por 76,25% das respostas dadas pelos Microempreendedores Individuais quando questionados sobre a temática "comparação com emprego anterior" é: "O

emprego anterior me trazia mais estabilidade financeira, já que o salário mensal era garantido, no entanto, meu nível de satisfação como MEI é maior já que com empenho consigo ter uma renda superior que do antigo emprego além de ter mais liberdade e tempo".

Alguns posicionamentos dos Microempreendedores apresentam uma concepção de classe e realidade impostas pela classe dominante. A leitura da subseção a seguir dará uma clareza a respeito desse assunto.

3.4 – Ideologia Empreendedora: Atuação do SEBRAE como Aparelho de Hegemonia.

Se antes tínhamos como fator principal o antagonismo entre a burguesia como dominante e os trabalhadores como classe dominada na construção da sociedade civil, agora temos mais um integrante, o empreendedor. Vale ressaltar que, em uma visão marxista, a burguesia é a classe que define mecanismos para continuar lucrando e a classe trabalhadora é a subalterna, que vende sua força de trabalho, principal fonte geradora de riqueza, para que a burguesia continue acumulando capital.

Já o empreendedor é uma figura mais atual e pode ser melhor conceituado pelo economista da escola austríaca Joseph Alois Schumpeter (1982). Para ele, o empreendedor não se encaixa dentro de uma classe social, seja ela burguesa ou operária, e sim como indivíduo, grupo ou entidade que tem como função inovar, ou seja, de criar vantagem de valor comercial extinguindo a forma anterior de gerar vantagem competitiva, o que o autor denominou de "destruição criativa".

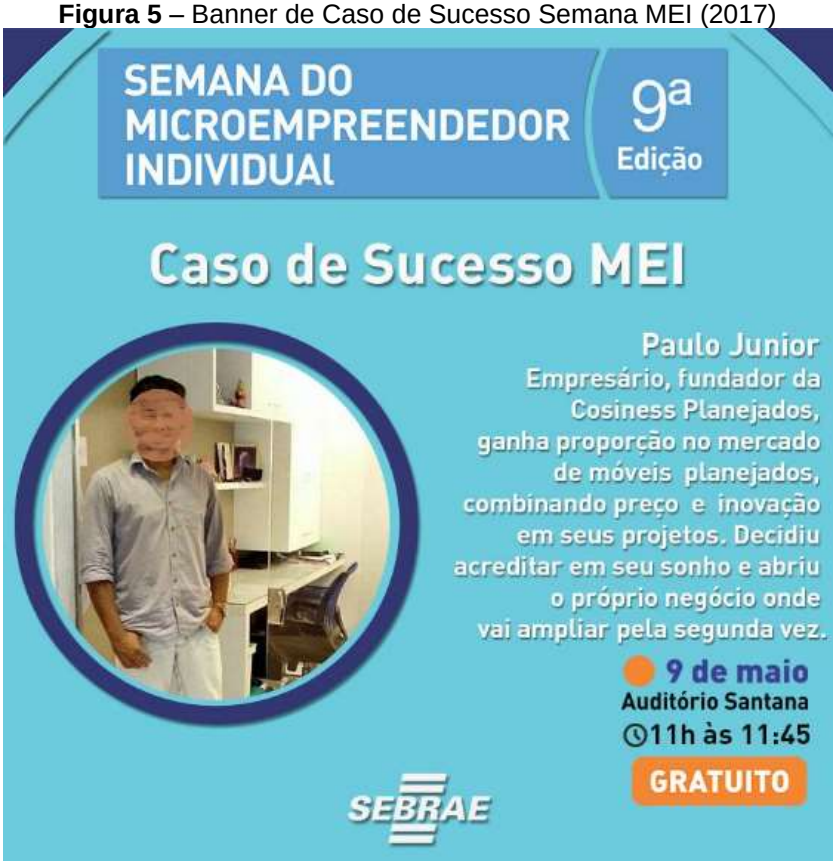
Essa é concepção é amplificada pelo Governo que difunde a imagem do empreendedor como individuo com habilidades e expertises diferenciadas capazes de criar algum negócio lucrativo a partir de pouco ou nenhum recurso financeiro. Para tanto, ele utiliza o que Gramsci (2000) chamou de "aparelhos privados de hegemonia" que são influenciadores da formação da opinião pública, como, por exemplo, a grande mídia.

Nesse contexto, o SEBRAE desempenha papel importante na criação de uma opinião pública favorável ao empreendedorismo. "O Programa Pequenas Empresas e Grandes Negócios", por exemplo, originado em 1990 ainda vai ao

ar tanto em TV aberta quanto fechada e conta com outros mecanismos de comunicação como, por exemplo, as redes sociais. No entanto, esse é apenas um dos mecanismos utilizados pelo SEBRAE para disseminar o empreendedorismo.

Estratégias como “Sala do Empreendedor”, “Semana MEI”, “EMPRETEC” e “Sebrae na Sua Empresa” são outras formas de fomentar a atividade empreendedora. Através desses programas, o indivíduo tem acesso a informações referentes ao assunto indo diretamente até a “Sala do Empreendedor” ou uma unidade do SEBRAE, ou ainda pode receber visitas de um profissional credenciado. A figura 4 apresenta um convite para a Semana do Empreendedor com foco em “Casos de Sucesso”.

Figura 5 – Banner de Caso de Sucesso Semana MEI (2017)



Fonte: Blog do Sebrae Amapá[11]

A expressão “Caso de Sucesso” é utilizada pelo SEBRAE para se referir a indivíduos que por meio de um “comportamento empreendedor” conseguiu se

[11] SEBRAE AMAPÁ. Casos de sucesso são apresentados durante 9ª Semana do Microempreendedor Individual. Disponível em: <http://sebraeap.blogspot.com/2017/05/casos-de-sucesso-sao-apresentados.html> Acesso em janeiro de 2022.

destacar em um mercado extremamente competitivo. A Figura 5 apresenta um *banner* usado nas redes sociais da instituição para difundir o empreendedorismo.

Figura 6 – *Banner* de Incentivo ao Empreendedorismo Feminino

Fonte: Rede Social Twitter do SEBRAE Pernambuco (@sebraepe)

No *banner* o empreendedor é representado por uma mulher negra, uma das classes historicamente mais prejudicadas pela burguesia branca e patriarcal. Sendo assim, a informação que o *banner* repassa é de que até uma das classes mais desfavorecidas da sociedade pode se tornar uma grande empreendedora. Mensagens como essas são disseminadas diariamente na mídia em geral criando um “senso comum” de que o empreendedorismo é uma ótima solução para os problemas financeiros da classe operária.

O que fica evidenciado é que a classe operária é passiva e conformada com a ideologia imposta pelo grupo dominante. A “classe empreendedora” é na verdade uma nova condição de sobrevivência da classe trabalhadora, agora ainda mais precarizada e de forma consensual. Ela é resultado de mais uma das artimanhas da classe dominante de manter sua hegemonia de forma consentida pela classe dominada. É oportuno que o grupo dos empreendedores busquem

por um conformismo, pois conforme Gramsci (1976, p. 1376), explica no Caderno no Caderno do Cárcere número 11,

> Pela própria concepção de mundo pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente aquele no qual se encontram todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo somos sempre homens-massa ou homens coletivos. A questão é esta: de que tipo de história é o conformismo ou o homem-massa do qual fazemos parte?

No entanto, ao transformar o indivíduo em empreendedor, a própria visão de agrupamento e representatividade é distorcida. Ao iniciar um negócio próprio ele não se sente mais parte do grupo dos operários, mas sim dos empresários capitalistas. Não analisa criticamente sua situação socioeconômica comparada com a dos verdadeiros capitalistas ou que as condições lhe são dadas para “empreender”.

Vale destacar que segundo uma visão marxista, a principal característica do capitalismo é o acumulo de capital e a principal fonte de lucro e mais-valia é a força de trabalho, nesse caso, o Microempreendedor Individual é limitado de duas formas, a primeira no volume de lucro anual que não pode ultrapassar oitenta e um mil Reais e a segunda a contratação da força de trabalho que é limitado a apenas um trabalhador. Os meios de produção continuam na posse dos capitalistas, o microempreendedor fica responsável geralmente pela realização de um trabalho terceirizado ou escoamento de produtos industrializados, beneficiando a classe dominante com mais acumulo de capital.

Por não ter uma ótica crítica da realidade, o trabalhador aceita uma ideologia criada pela classe dominante como se fosse o melhor a ser feito e adota como senso comum de sua classe, mas esquece que a classe que cria essa ideologia vive dos benefícios burgueses e tem como propósito a continuidade do lucro principalmente através da exploração da força do trabalho. Segundo Gramsci, (2000, p. 209),

> Todo estrato social tem seu “senso comum” e seu “bom senso”, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”; é este o documento de sua efetividade história. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e opiniões filosóficas que penetram no costume. O “senso comum” é o folclore da filosofia propriamente dito e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar.

Para o autor, o senso comum precisa andar ao lado da filosofia, de modo que seja criado um novo senso representativo da vontade coletiva. Dessa forma, deve ocorrer a transição do senso comum para o "bom senso" através da "filosofia da práxis"[12] que pretende direcionar o pensamento para uma concepção de vida onde o bloco intelectual e político seja representativo da massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais, como tem acontecido. (GRAMSCI, 1999).

O novo senso só será alcançado por meio da cultura, que, segundo Gramsci é considerado o aparelho de emancipação política das classes subordinadas. A proposta é ir muito além dos ideais meramente econômicos, e integrar também os ideais políticos e culturais sem domínio de uma classe historicamente favorecida. O Estado por intermédio essencialmente do SEBRAE deturpa inclusive a formação dessa cultura ao se referir ao senso criado pela classe dirigente como "Cultura Empreendedora" e ainda disseminar no ensino formal desde o ensino fundamental até o superior. A figura 6 mostra a divulgação de escolas institucionais focadas em empreendedorismo.

Figura 7 – Banner de Educação Empreendedora

Fonte: Portal do SEBRAE Sergipe[13]

[12] A Filosofia da práxis em Gramsci apresenta um teor eminentemente político, onde os subalternos devem se apropriar dessa filosofia para a superação dos seus problemas sociais. Tal superação se dá na formulação de novas perspectivas políticas, econômicas e sociais. Partindo com o objetivo da criação de uma nova sociedade fruto de um trabalho coletivo (GUERRA e FERREIRA, 2016, p. 9)

[13] SEBRAE. Universidades rumo à Educação Empreendedora. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/se/artigos/universidades-rumo-a-educacao-empreendedora,4619ddd8d2400610VgnVCM1000004c00210aRCRD> Acesso em: abril de 2022

Assim, a manutenção da hegemonia da classe burguesa segue cada vez mais fortalecida minando de forma pacífica e consentida cada tentativa de superação da classe dos trabalhadores. Os direitos e a atuação social, cultural e econômica da classe operária foram fragmentados e substituídos por programas e medidas assistencialistas (ADELANTADO, 2008) ou por reformas e leis que precarizam o trabalhador e o transformam em empreendedor e responsável pelo seu próprio fracasso no mundo neoliberal, mas caso consiga se manter no mercado ele fica com o ofício de acumular ainda mais riqueza nos cofres dos capitalistas.

Na medida em que o empreendedor não se compreende como operário, a classe trabalhadora perde ainda mais força em sua representatividade coletiva e relações sociais, a alienação econômica e política se torna ainda mais efetiva. Uma contra-hegemonia precisa ser criada no "bloco histórico[14]" em que o empreendedor deixe de se perceber apenas no campo material sendo apenas receptor das ideias impostas pela alta classe e passe a desenvolver criticamente uma ideologia capaz de abarcar os interesses da massa. Sendo assim, é preciso abolir a atual concepção de "Cultura Empreendedora" para desenvolver uma cultura que realmente represente os interesses populares.

[14] Bloco Histórico trata-se, segundo Gramsci, de um elo vital entre estrutura e superestrutura trabalhada por Marx, ou seja, um elo entre as forças materiais e ideologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1971 o SEBRAE nasce para apoiar um Governo ditatorial com interesse de alavancar a indústria brasileira por meio do fortalecimento das empresas de menor porte. Em 1990, a instituição passou a ser Serviço Social Autônomo com diferenças consideráveis dos serviços pertencentes ao “Sistema S” ao qual passou a fazer parte. As principais diferenças estão no fato de que ele não foi implementando por sindicatos e não tem como objetivo a prestação de serviços sociais ou de formação profissional.

A principal fonte de receita da instituição advém do desconto de uma alíquota na folha de pagamento dos funcionários contribuintes do SENAI, SENAC, SESI e SESC que não tem nada de autonomia, pois sofre forte intervenção do Estado e dos grandes capitalistas. Dessa forma, através da atuação do SEBRAE a classe hegemônica consegue cooptar a classe trabalhadora, agora compreendida como classe empreendedora, para construção globalizada de uma trama social.

Vale destacar que na concepção de mundo globalizado, o trabalhador seja por direitos legalmente fragmentados e perdidos através de reformas trabalhistas seja na condição de MEI na prestação de serviços são forças de trabalho baratas que favorecem o acumulo de capital. Pode-se afirmar com clareza que o fomento ao empreendedorismo essa é umas das coordenadas impostas aos países da América Latina, pelos Estados Unidos através da implementação de diretrizes neoliberais por meio do *New Deal.*

Se em algum momento o salário foi a melhor forma de mascarar a desigualdade entre capital e trabalho a “Cultura Empreendedora”, disseminada principalmente por intermédio do SEBRAE, se apresenta como uma nova proposta, pois invade desde a educação formal até a casa das famílias através de mídias de massa como fonte transformadora do pobre em rico ou do fracassado em bem-sucedido.

O estudo das especificidades dos Microempreendedores Individuais da área Itaqui-Bacanga nos permitiu perceber que mesmo em condições socioeconômicas desfavoráveis eles se sentem valorizados como “dono do próprio negócio”, primeiro porque o parâmetro de comparação que eles usam são do trabalho formalizado em regimento CLT (Consolidação das Leis do

Trabalho) que também é precarizado e segundo porque o SEBRAE e outros entidades interligadas ao Estado deturpam seu conhecimento de realidade incentivando-o a ver o empreendedorismo como solução para os problemas financeiros.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luís. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Tradução: Lisa Stuart. Rio de Janeiro. Editora: UFRJ. 2006.

ANDRADE, Daniel Pereira. **O que é o neoliberalismo?** A renovação do debate nas ciências sociais. Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019. Disponível em> <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?format=pdf&lang=pt > Acesso em: fevereiro de 2022.

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro**. Estaleiro escola do Maranhão**: uma estratégia de salvaguarda dos conhecimentos tradicionais. Museologia & Interdisciplinaridade, Brasília, DF, v. 7, n. 14, p. 229-243, 2018. DOI: 10.26512/museologia.v7i14.18399.

ALDRICH, Howard E. **Organizations Evolving**, London: Sage. 1999

BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando A. Mansor de. **A Distribuição de Renda Durante o "Milagre Econômico" brasileiro**: um balanço da controvérsia. Instituto de Economia. UNICAMP, Campinas. N. 251, fev. 2015. Disponível em: < https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3386/TD251.pdf> Acesso em: março de 2021.

BARROS, Frederico Robalinho de; MODENESI, Rui Lyrio. **Pequenas e médias indústrias**: análise dos problemas, incentivos e sua contribuição ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 1973

BATISTA. Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf> Acesso em: março de 2022.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève . **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2009.

BORGES, Alice Gonzales. Serviços Sociais autônomos – Natureza Jurídica. In: MODESTO, Paulo (Coord.). Nova organização administrativa brasileira. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2010

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília. 1075. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF> Acesso em: fevereiro de 2021

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Lei Geral da Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte -EPP. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 14 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm> Acesso em: janeiro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.029, de 12 de Abril de 1990**. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 de abr. 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8029cons.htm> Acesso em: Janeiro de 2022

BRASIL. LEI No 8.154, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispões sobre o adicional às alíquotas das contribuições sociais para apoio às Micro e Pequenas Empresas e outras providencias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 de dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8154.htm> Acesso em: janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério de Economia. Secretaria de Governo Digital. **Mapa de Empresas: Boletim do 2º quadrimestre/2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-do-2o-quadrimestre-de-2021-1.pdf> Acesso em: novembro de 2021.

BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais.** Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais> Acesso em: agosto de 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Crise da América Latina**: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? 1991. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf> Acesso em: fevereiro de 2022.

CANO, Wilson. **América Latina**: Notas sobre a crise atual. Economia e Sociedade, Campinas, v.18, n. 3(37), p. 603-621, dez. 2009

CHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

CONCEIÇÃO, Valdirene Pereira da; CARVALHO, Roberto; BOUÇAS, David. **Roteiros turísticos para os Participantes da 64ª Reunião Anual da SBPC**. São Luís: EDUFMA, 2012. 28 p.

COSTA, Marcelo; MOURA, Gisela; PINHEIRO, Luciana. DHBB**: Verbete Biográfico: Paulo Lustosa**. FGV/CPDOC, 2010.

COSTA, Silvia C. Mineu. **A ALCOA no Maranhão e o Desenvolvimento Socioeconômico Regional.** 2003. 108f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2003

CUNHA JUNIOR, Luiz Arnal Pereira da; SADDY, André; KNOPP, Glauco da Costa; AURELIANO JUNIOR, Eurípedes. **Serviço Social Autônomo**:

Alternativa à Implementação de Políticas Públicas não Exclusivas de Estado. A & C Revista de Direito Administrativo e Constitucional. Belo Horizonte. Ano 18, n. 72. Abr/jun. 2018. Disponível em: < http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/944/878> Acesso: fevereiro de 2021.

CYPRIANO, C. A. **Pequena Empresa, Desenvolvimento Social e Ação Institucionalizadora do SEBRAE**. Tese de Doutorado. Escola de Administração, UFBA, 2004.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. **Keynes e o Keynesianismo**: Uma Visão Crítica. Universidade Autónoma de Lisboa. CARS – Centro de Análise Económica de Regulação Social. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3169/3/keynes%20e%20o%20keynesianismo.pdf> Acesso em: fevereiro de 2022.

DUMÉNIL, Gérard ; LÉVY, Dominique. **Neoliberalismo – Neo-imperialismo**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ecos/a/cfDMs4q5hRKM5JX45GchJ6C/?lang=pt> Acesso em: fevereiro de 2022.

EVANS, Trevor. **Cinco Explicações para a Crise Financeira Internacional**. Revista tempo do mundo. Rtm. v. 3. n. 1. abr. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6248/1/RTM_v3_n1_Cinco.pdf> Acesso em: janeiro de 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. **O Estado e suas Razões**: O II PND. Revista de Economia Política 28 (1). 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a02v28n1.pdf> Acesso em: fevereiro de 2021.

GOMES, José M. **Acumulação de capital e plano de estabilização**: um estudo a partir da experiência de âncora cambial na América Latina nos anos 90. 2005.318 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOMES, José Menezes. **Entre Marx e Keynes**: nem restauração capitalista, nem endividamento público por uma saída anticapitalista. UFMA. R. Pol. Públ. São Luís MA. Número Especial. p. 87 98. Outubro de 2012. Disponível em:<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1208/3292> Acesso em: janeiro de 2022

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado**. Serv. Soc. São Paulo, n. 112, p. 637-671. Out/dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/35tRSzsTBxzLLgmThm3rvVF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: janeiro de 2022.

GERRA, Agercicleiton Coelho; FERREIRA, Marcela Figueira. **Marx e a Filosofia**: Por Uma Filosofia da Práxis. I JOINGG – Jornada Internacional de

Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação. 2016. Disponível em: <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/MARX-E-A-FILOSOFIA-POR-UMA-FILOSOFIA-DA-PR%C3%81XIS.pdf> Acesso em: março de 2022

GUIMARÃES, Fabrícia Corrêa. **As Políticas de Apoio às Micro E Pequenas Empresas no Brasil**: O Caso da Lei Geral de 2006. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011. Disponível em:< https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8272/1/Tese%20de%202011%20Fabr%c3%adcia%20Corr%c3%aaa%20Guimar%c3%a3es.pdf> Acesso em: fevereiro de 2021.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **Os Trabalhadores**: Estudos Sobre a História do Operariado. Editora: Paz Terra. 1981.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2021**. 27 mai. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf > Acesso em: janeiro de 2022.

IBGE. **População residente das Unidades da Federação e Grandes Regiões, enviada ao Tribunal de Contas da União** - 2001-2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=25272&t=resultados> Acesso em: janeiro de 2021

BGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Características Adicionais de mercado de trabalho 2019 – PNAD Contínua. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743_informativo.pdf> Acesso em janeiro de 2023.

ICE-MA; EMAP; PREFEITURA DE SÃO LUÍS [2012?]. **Conhecer para Transformar**: Diagnóstico Itaqui-Bacanga. Disponível em: < http://www.emap.ma.gov.br/public/_files/arquivos/diagnostico_itaqui_bacanga.pdf> Acesso em: novembro de 2018.

KEYNES, John M. **Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LIMONCIC, Flávio**. Os inventores do New Deal**: Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930 [Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graudação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Rio de Janeiro. 2003. Diposnível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182038/mod_resource/content/1/Rio%20thesis%20on%20New%20Deal.pdf> Acesso em: janeiro de 2022

LOPES, Eliana B. M. **O SEBRAE e as Relações Público - Privado no Brasil**. Dissertação de Mestrado. UNESP/ FCLAR, 2001.

LOPEZ-RUIZ, O. J. **O "ethos" dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**. Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. 2004.

MANCUSO, J. H. **SEBRAE 30 Anos Parceiro dos Brasileiros.** Brasília: SEBRAE Nacional, 2002. 172 p.

MARX, K. **Contribución a la crítica de la economia política**. Havana: Editorial de Ciências Sociales, 1975. Ed. bras.: Contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Os Pensadores, 35.

MARX, K. **Critica al programa de Gotha**. Havana: Editora Política, 1964. Ed. bras.: Crítica ao programa de Gotha. In: Mark, k & Engels, F. Obras escolhidas. São Paulo. Alfa-ômega, s.d.V.3

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; CARVALHO, Ana Carolina Coutinho; RANGEL, Mauricio Eduardo Salgado. **Geotecnologias aplicada ao monitoramento do vetor Aedes Aegypti na Área Itaqui-Bacanga**, São Luís – MA. Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, p.1-11, 2011.
McCLELLAND, D. C. **The achieving society**. New York : Free Press. 1967.

MELO; Natália Maximo e. **Sebrae e Empreendedorismo**: Origem e Desenvolvimento. [Dissertação de Mestrado]. UFSCar, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1476/2043.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: fevereiro de 2021.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. 1930; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.

MOREIRA, Thayna Fregolente. **Crise do Capitalismo**: A depressão de 1929. [202-]. Disponível: <https://www.academia.edu/17357849/A_Crise_de_1929> Acesso em: fevereiro de 2022.

NÓBREGA, Theresa Christine de Albuquerque. **Serviço Social Autônomo**: Reflexões Acerca Dos Entes do "Sistema S" e Suas Peculiaridades. Universidade Federal de Pernambuco. Brasil. 2019. Disponível em: < https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/servico-social-autonomo-reflexoes-acerca-dos-entes-do-sistema-s-e-suas-peculiaridades/#:~:text=Dentre%20outras%20caracter%C3%ADsticas%2C%20as%20entidades,de%20controle%20final%C3%ADstico%5B20%5D.> Acesso em: maio de 2021.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O Profeta e o Livro Sagrado do Livre Mercad**o: Hayek e o Caminho da Servidão nos Estados Unidos. Fronteiras & Debates. Macapá, v. 6, n. 1, jan./jun. 2019

OTTATI, Ana Maria Aquino dos Anjos. **As Dinâmicas e as Desigualdades Regionais de Desenvolvimento no Estado do Maranhão**. [Tese de Doutorado]. PGDR. Porto Alegre. 2013.

OTTESON, James. **Os Fundamentos do Capitalismo**: O Essencial de Adam Smith. Faro Editorial. 2019. Disponível em: <https://faroeditorial.com.br/site2020/wp-content/uploads/2019/09/Os-fundamentos-do-capitalismo.pdf> Acesso em: janeiro de 2022.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Keynesianismo, Neoliberalismo e os Antecedentes da "Crise" do Estado**. 2012. Disponível em: < http://www.cristinapaniago.com/yahoo_site_admin/assets/docs/Keynesianismo_Neoliberalismo_e_os_Antecedentes_da_Crise_do_Estado.185191109.pdf> Disponível em: janeiro de 2022.

PINTO, Augusto Geraldo. **De Demiurgo a Operário**: Uma Análise Gramsciana do Trabalho Sob o Taylorismo/Fordismo. Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronteirizos. Volume XII/ Nº 2/ julho. 2012.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. **Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.19 n.35, p.65-79, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26678/pdf> Acesso em: fevereiro de 2022.

SÁ, Maria Beatriz Pinho de. **Serviços Sociais Autônomos:** Reflexões Após a Constituição de 1988. Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro -PGE-RJ, Rio de Janeiro, Edição Especial N.1. 2021. Disponível em: < https://revistaeletronica.pge.rj.gov.br/pge/article/view/158/151> Acesso em: maio de 2021.

SEBRAE. **Diretrizes para Elaboração do Plano Estratégico e Orçamento 2019**. 28 jun. 2018. Disponível em: <https://api-lai.sebrae.com.br./ArquivosPortalLai/Comum/Diretrizes-do-Plano-e-Or%C3%A7amento-2019_Aprovada-CDN.pdf> Acesso em: junho de 2021.

SEBRAE. **Estatuto Social do SEBRAE Nacional**. 2021a. Disponível em: <https://api-lai.sebrae.com.br./ArquivosPortalLai/Nacional/Institucional/Estatuto%20Social%20do%20Sebrae%20-%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CDN%20N%C2%BA%20372.2021.pdf> Acesso em: setembro de 2021.

SEBRAE. **Planejamento Estratégico SEBRAE 2023**. [2020]. Disponível em: < https://sebrae2023.com.br/entenda-o-planejamento/> Acesso em: dezembro de 2021.

SEBRAE. **Programas Nacionais**. 2014. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c5a0c1aad12c717dd6bf1c07fe7570ac/$File/5583.pdf> Acesso em: dezembro de 2021.

SEBRAE. **Regimento Interno do SEBRAE Nacional**. 2021. Disponível em: <https://api-lai.sebrae.com.br./ArquivosPortalLai/Nacional/Institucional/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CDN%20N%C2%BA%20385-2021%20-%20Regimento%20Interno%20do%20SEBRAE.pdf> Acesso em: setembro de 2021.

SEBRAE. **Relatório de Gestão 2019**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://api-lai.sebrae.com.br./ArquivosPortalLai/Nacional/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202019%20-%20Sebrae%20Nacional%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf> Acesso em: agosto de 2021.

SEBRAE-AM. **Orientações do SEBRAE sobre as Salas do Empreendedor**. 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Artigos/1%20-%20Cartilha%20Orienta%C3%A7%C3%B5es%20do%20Sebrae%20sobre%20as%20Salas%20do%20Empreendedor.pdf> Acesso em: dezembro de 2021.

SEBRAE-MA. **Regimento Interno**. Jun. 2021. Disponível em: <https://api-lai.sebrae.com.br./ArquivosPortalLai/MA/Institucional/REGIMENTO%20INTERNO%20DO%20SEBRAE-MA%202021%20APROVADO%20E%20REGISTRADO%20EM%20CART%C3%93RIO.pdf> Acesso em: setembro de 2021.

SIBEMBERG. Raul Trajano. **Acumulação por Espoliação no Capitalismo Contemporâneo**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/130326/000975918.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: janeiro de 2022

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Primeiro Volume. Nova Cultural. Coleção "Os Economistas. 1988.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas. 1987.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. **Determinantes do "Milagre" Econômico Brasileiro (1968-1973):** Uma Análise Empírica. RBE. Rio de Janeiro. V. 62 n. 2. Abril-jun 2008.

WOOD JR., PAULA, A. P. P. **Pop-management: a Literatura Popular de Gestão no Brasil**. EAESP/FGV/NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações. 2002.